



BRUNO HENRIQUE AGUIAR

***FAIRTRADE* E CAPITAL SOCIAL: INFLUÊNCIAS EXÓGENAS
E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS
CAFEICULTORES DA COOPERATIVA “DOS COSTAS” NA
REGIÃO DE BOA ESPERANÇA – MG**

**LAVRAS – MG
2019**

BRUNO HENRIQUE AGUIAR

***FAIRTRADE* E CAPITAL SOCIAL: INFLUÊNCIAS EXÓGENAS E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CAFEICULTORES DA
COOPERATIVA “DOS COSTAS” NA REGIÃO DE BOA ESPERANÇA – MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

Dr. Marcelo Márcio Romaniello
Orientador

**LAVRAS – MG
2019**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha
Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados
informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Aguiar, Bruno Henrique.

Fairtrade e capital social: influências exógenas e suas contribuições para o desenvolvimento dos cafeicultores da cooperativa “dos costas” na região de Boa Esperança - MG / Bruno Henrique Aguiar. - 2019.

62 p.

Orientador(a): Marcelo Márcio Romaniello.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2019.

Bibliografia.

1. Capital Social. 2. Desenvolvimento Local. 3. Cafeicultura Fairtrade. I. Romaniello, Marcelo Márcio. II. Título.

BRUNO HENRIQUE AGUIAR

***FAIRTRADE E CAPITAL SOCIAL: INFLUÊNCIAS EXÓGENAS E SUAS
CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DOS CAFEICULTORES DA
COOPERATIVA “DOS COSTAS” NA REGIÃO DE BOA ESPERANÇA - MG***

***FAIRTRADE AND SOCIAL CAPITAL: EXOTIC INFLUENCES AND THEIR
CONTRIBUTIONS FOR THE DEVELOPMENT OF COFFEE FARMERS THE
COOPERATIVE "DOS COSTAS" IN THE REGION OF BOA ESPERANÇA - MG***

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 19 de março de 2019.

Dr. Djalma Ferreira Pelegrini EPAMIG

Dr. Thiago Rodrigo de Paula Assis UFLA

Dr. Marcelo Márcio Romaniello
Orientador

**LAVRAS – MG
2019**

Para minha família que esteve ao meu lado nesta trajetória. Em especial aos meus pais, Joaquim e Marlene, e a minha irmã, Fernanda. Ao meu avô que como meu pai sempre me ajudou na construção de valores, como: compromisso, persistência, palavra; os quais levarei durante toda minha vida. E a todos os homens e mulheres que levantam pela manhã em busca de trabalhar a terra e produzir alimentos para o sustento de nosso país, que seus laços se tornem sempre mais fortes e que essa união produza frutos duradouros.

Dedico

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação marca o fim de mais uma bela etapa em minha vida. Período em que aprendi muito, conheci pessoas fascinantes, e cresci tanto na parte pessoal quanto na profissional. Por esse motivo são muitas as pessoas e instituições que devo agradecimento.

Agradeço ao meu pai, Joaquim, e minha mãe, Marlene, que com seu amor e carinho nunca me deixaram desistir da trajetória.

Ao amigo e companheiro Bruno Cunha, que desde a notícia da aprovação no mestrado até a entrega da versão final da dissertação, sempre me apoiou e me incentivou nesta trajetória.

A todos os mestres e professores com quem tive o prazer de conviver e aprender durante toda essa jornada. Com toda certeza eles me ajudaram muito a enxergar o mundo de uma maneira diferente. Aos professores Vânia, Thiago, Viviane, Maroca, Sabrina, Rafael e Marcelo Romaniello.

Aos companheiros do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE), que estiveram ao meu lado nessa trajetória. Acredito que nosso embate de ideias tenha contribuído, e muito, para a construção de conhecimentos sobre os temas estudados, aprimorando ainda mais o respeito entre opiniões divergentes e o senso crítico de cada um.

Novamente ao professor e orientador Marcelo Romaniello que acreditou em minhas ideias e teve papel fundamental na construção deste trabalho; contribuindo também com minha formação pessoal e profissional, oferecendo oportunidades e mostrando os melhores caminhos a serem seguidos.

Agradeço aos membros da banca de defesa, em especial ao Dr. Djalma Ferreira Pelegrini (EPAMIG) que ajudou a sanar muitas de minhas dúvidas durante a construção deste trabalho.

Ao professor Paulo Henrique Leme, que teve papel fundamental em minha conquista ao título de mestre, agradeço pelo incentivo e por me apresentar o PPGDE como uma oportunidade ímpar em minha trajetória acadêmica e profissional.

À Universidade Federal de Lavas que me recebeu de braços abertos em mais essa trajetória.

À Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG – DOS COSTAS, em especial aos gestores Daisy, André e Rander, por suas contribuições e pelas

entrevistas concedidas. Ao agrônomo João Paulo, por seu apoio durante a pesquisa, e a todos os cafeicultores associados à cooperativa.

À Associação das Organizações de Produtores Fairtrade do Brasil – BRFAIR que tem me permitido um aprendizado imensurável sobre a temática estudada.

Ao povo brasileiro que financiou meus estudos, em uma das melhores universidades de nosso país e que espero retribuir em dobro.

E, finalmente, a Deus, que me permitiu chegar até aqui, me deu o dom da vida, força na caminhada, esperança no amanhã e uma família abençoada.

Recebi o título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, concedido por uma das mais renomadas universidades do Brasil e do mundo; entretanto gostaria de frisar com humildade que “lá no mato eu sou um doutor também”.

UMA HOMENAGEM A TODOS OS DOUTORES DO MATO

O Doutor e o Caipira

(Goiano e Geraldinho, 1994)

Eu dou motivo pra me chamar de caipira
Mas continuo lhe tratando de senhor
Eu não me zango, pois não disse uma mentira
Pelo contrário isso até me dá valor
Sua infância foi lições de faculdade
Na realidade hoje é grande doutor
Não tive estudos minha escola foi trabalho
Desbravando meu sertão no interior

Foi importante eu ter feito esta viagem
Pois conheci esta frondosa capital
Estou surpreso vendo tanta aparelhagem
Para o senhor tudo isto é normal
Sou um paciente que o destino lhe oferece
Não me conhece como um profissional
Lá onde eu moro o senhor se sentiria
Como eu me sinto aqui nesse hospital

Lá eu domino aquele incêndio alastrado
Que sempre um raio deixa fogo no espigão
Se der um golpe em um jatobá erado
Eu sei o lado que a árvore cai no chão
Sou especialista em mata-burros e porteiras
Sei a madeira que se usa pro mourão
Vamos comigo ver meu mundo ao céu aberto
Onde o trabalho também é uma operação

Todas as vezes que me chamam de caipira
É um carinho que recebo de alguém
É uma prova que a pessoa me admira

E nem calcula o prazer que a gente tem
Doutor agora nós já somos bons amigos
Vamos comigo conhecer o meu além
Para dizer que sou caipira da cidade
Mas lá no mato eu sou um doutor também.

RESUMO

O capital social vem sendo, por décadas, alvo de investigação entre pesquisadores do campo das ciências sociais. Clássicos como Fukuyama (1996) e Putnam (1996) apontam que regiões dotadas de características como confiança, cooperação e participação (entre os atores) estariam mais propensas a se desenvolver. Este trabalho é fruto do interesse em compreender a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social, e o principal objetivo foi investigar a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social (confiança, cooperação e participação) entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”. Observando essa proximidade entre capital social e desenvolvimento, a nesta pesquisa buscou-se evidências de que a filosofia *Fairtrade* e a gestão participativa incentivada pelo sistema impactaram positivamente no desenvolvimento do capital social entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”. O estudo traz em sua abordagem o capital social como um ativo do desenvolvimento local, e dialoga sobre a necessidade da construção de um projeto coletivo (entre os atores). Como estratégia de pesquisa, adotou-se o estudo de caso, que, em uma abordagem qualitativa, envolveu a investigação sobre o capital social e as evidências de um desenvolvimento oriundo das bases. Para tanto foram utilizadas a análise documental, a realização de entrevistas semiestruturadas com os atores selecionados, e a observação não participante. Os resultados apontam que as relações de confiança, cooperação e participação, estabelecidas entre esses atores foram fundamentais ao atual estágio de desenvolvimento do grupo, há ainda que se afirmar que a influência da filosofia *Fairtrade* e a gestão participativa que esse sistema de certificação requer, tiveram grande papel e contribuição ao atual estágio de desenvolvimento. O levantamento de dados evidenciou as normas e princípios da certificação *Fairtrade*, e o capital social como fatores que contribuíram com o desenvolvimento dos cafeicultores. Os resultados apontam que a adesão do grupo ao movimento e certificação *Fairtrade* contribuíram para o desenvolvimento do Capital Social existente entre os cafeicultores associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança “DOS COSTAS”.

Palavras-chave: Capital Social. Desenvolvimento Local. Cafeicultura *Fairtrade*.

ABSTRACT

Social capital has for decades been the target of research among researchers in the field of social sciences. Classics as Fukuyama (1996) and Putnam (1996) shows that regions with characteristics such as trust, cooperation and participation (among participants) would be more likely to develop. This study is the result of an interest in understanding the influence of *Fair trade* on the development of social capital, and the main objective was to investigate the influence of *Fair trade* on the development of social capital (trust, cooperation and participation) among *Fair trade* coffee growers associated with the Producers Cooperative of Special Coffee in Boa Esperança MG "DOS COSTAS". Observing at this proximity between social capital and development, this research sought evidence that the *Fair trade* philosophy and the participatory management encouraged by the system had a positive impact on the development of social capital among *Fair trade* coffee growers associated with the Producers Cooperative of Special Coffee in Boa Esperança MG "DOS COSTAS". The study brings in its approach social capital as an asset of local development, and dialogues about the need to build a collective project (among the actors). The study brings in its approach the social capital as an asset of local development, and dialogues about the need to build a collective project (among the participants). As a research strategy, the case study was adopted, which, in a qualitative approach, involved the investigation of social capital and the evidence of a development from the grassroots. For this purpose, the documentary analysis, the semi-structured interviews with the selected actors, and the non-participant observation were used. The results indicate that the relationships of trust, cooperation and participation established between these participants were fundamental to the current stage of development of the group, it is still necessary to assert that the influence of the *Fair trade* philosophy and the participative management that this certification system requires had role and contribution to the current stage of development. The data collection evidenced the norms and principles of *Fair trade* certification, and social capital as factors that contributed to the development of coffee growers. The results indicate that the group's adherence to the movement and *Fair trade* certification contributed to the development of the existing Social Capital among growers associated with the Producers Cooperative of Special Coffee in Boa Esperança MG "DOS COSTAS".

Keywords: Social Capital. Local Development. *Fair trade* Coffee Crops.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1	A cafeicultura no Sul de Minas e sua proximidade com a agricultura familiar ..	18
2.2	O <i>Fairtrade</i> , movimento e mercado alternativo.....	20
2.3	O Capital Social	23
2.4	Capital social como ativo do desenvolvimento.....	26
2.5	O Desenvolvimento Local	28
3	METODOLOGIA.....	32
3.1	Método da pesquisa	33
3.2	Seleção dos atores sociais	33
3.3	Levantamento de dados	34
3.4	Análise dos dados.....	35
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
4.1	Capital Social e desenvolvimento	37
4.1.2	Confiança.....	39
4.1.3	Cooperação.....	43
4.1.4	Participação.....	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS	55
	ANEXOS	59

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto do interesse em compreender a influência do *Fairtrade* na formação e no desenvolvimento do capital social. Para tentar compreender tal realidade, tomou-se como parâmetro que a organização social é característica marcante na cafeicultura mineira, bem como a união dos cafeicultores em associações ou cooperativas. Acredita-se que, no seio de tais organizações, são estabelecidas relações de confiança e cooperação entre os atores. Ao tratar essa organização social entorno da cafeicultura *Fairtrade*, vale esclarecer que o que interessa neste trabalho são as relações sociais estabelecidas entre os cafeicultores mediante a construção de um projeto coletivo baseado na confiança, cooperação e participação.

O *Fairtrade* busca organizar uma lógica alternativa entre produtores, consumidores e agentes de mercado; logo, seus principais objetivos são: oferecer espaços diferenciados de mercado para produtores desfavorecidos pela dinâmica mercadológica, e, ao mesmo tempo, estimular a solidariedade entre membros por meio da autogestão. Assim, diálogo, transparência e respeito são pilares de uma parceria comercial que busca maior equidade nas relações comerciais (FAIRTRADE INTERNATIONAL - FLO, 2018; MASCARENHAS, 2007; PEDINI, 2011).

Desse modo, para que um grupo de produtores (associação ou cooperativa) se torne parte desse movimento do comércio justo, e obtenha selo de certificação *Fairtrade*, tais produtores devem seguir normas e parâmetros estabelecidos pela *Fairtrade International* (FLO), observando princípios como a participação dos agricultores nas decisões da organização, o respeito a normas ambientais e trabalhistas e o foco no desenvolvimento social.

A filosofia *Fairtrade* incentiva o associativismo local, principalmente entre os agricultores familiares; e, uma das exigências para a entrada no movimento desse comércio justo é estar associado a um grupo de produtores que comunguem desse mesmo objetivo. Assim, ao construírem relações de confiança, cooperação e participação nas decisões do grupo, esses atores se tornam mais próximos de serem protagonistas de seu próprio desenvolvimento.

De acordo com a Coordenadoria Latino Americana e Caribenha do Comércio Justo (CLAC), no Brasil, atualmente, 42 organizações de pequenos produtores (OPPs) partilham os valores e os benefícios oferecidos pelo comércio justo. Desse modo, tais organizações buscam em um mercado alternativo, melhores preços pagos aos seus produtos e percebem que os

princípios e exigências estabelecidos pelo *Fairtrade* oferecem melhorias nas condições de vida de seus produtores (COORDENADORA LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DE PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES DE COMÉRCIO JUSTO - CLAC, 2019).

Minas Gerais é o estado que concentra a maior parte das organizações de pequenos produtores (OPPs) que atuam na cafeicultura *Fairtrade*; Poço Fundo, Varginha, Santana da Vagem, São Gonçalo do Sapucaí, Poços de Caldas, Andradas, Paraguaçu, Carmo de Minas, Manhaçu, Lajinha, Nova Resende, Petrúnia, e Boa Esperança são endereços de organizações de pequenos produtores que contam com o diferencial da certificação *Fairtrade*. Em especial, situada no município de Boa Esperança, Sul de Minas Gerais, encontra-se a Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança, Minas Gerais “DOS COSTAS”.

O grupo, composto por 49 cafeicultores (sendo 45 cafeicultores familiares), constituiu em 2005 a Associação Comunitária Dos Costas. A associação “Dos Costas” foi criada com o objetivo de trabalhar em prol dos pequenos produtores, buscando alternativas econômicas e sociais que apoiassem a permanência dos pequenos cafeicultores na atividade rural.

No ano de 2008, o grupo de cafeicultores da Associação Comunitária Dos Costas se juntou ao *Fairtrade*, e em 2009, já com 69 produtores, constituíram a Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”. Esses cafeicultores perceberam a inserção da organização nesse mercado alternativo como uma possibilidade de fortalecimento do agricultor familiar, mediante a melhoria de sua renda e participação nas decisões do grupo.

No presente estudo lançou-se o olhar sobre o grupo de cafeicultores associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”, com o objetivo de investigar a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”.

Ora, se o capital social concerne na capacidade de organização dos atores, com vínculos solidários, colaboração horizontal, canais de participação, instituições e organizações que estimulam a confiança e a reciprocidade nos relacionamentos entre grupos e atores sociais; esse capital social pode promover benefícios coletivos que contribuam para o desenvolvimento local (ROMANIELLO, 2009).

Alguns especialistas e pesquisadores que atuam no domínio do associativismo e cooperativismo desenvolveram terminologia própria, por considerar importante expressar os

graus variados de cooperação, participação e confiança das comunidades em conceitos mais “pungentes”.

A teoria da reciprocidade, assim como a abordagem do Capital social, e mesmo a abordagem crítica desenvolvida por Neves (2003), que atribui as deficiências do sistema associativo rural ao intervencionismo estatal (que fomenta a geração de lideranças personalistas), deixa clara a posição de que se pode correlacionar às características próprias dos grupos sociais (traduzidas pelo grau de cooperação, participação e confiança que manifestam) ao desenvolvimento de ações conjuntas, capazes de desencadear processos de desenvolvimento social, econômico e tecnológico.

Portanto, do ponto de vista dos pesquisadores, o desafio consiste em encontrar evidências de que, de fato, a filosofia *Fairtrade* e a gestão participativa incentivada pelo sistema resultaram no desenvolvimento do capital social entre os cafeicultores *Fairtrade* da região de Boa Esperança - MG. Ou seja, é possível relacionar filosofia *Fairtrade* e a gestão participativa, incentivada pelo sistema, ao desenvolvimento do capital social (confiança, cooperação e participação) entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”?

Há, contudo, uma questão que merece ser discutida, e diz respeito ao fato de que não se pode negar a origem exógena do *Fairtrade*, e que tende a mascarar o discernimento a respeito da influência no grau de organização social da comunidade.

Neves (2003) afirma que, no Brasil, grande parte das associações de agricultores tem vida curta e está fadada ao descrédito por parte dos associados. Assim, o entusiasmo e a mobilização de um trabalho em equipe, que dera vida a essas organizações, vão se perdendo no decorrer dos anos e resultam em descrédito e mesmo na saída desses membros das organizações.

Desse modo, a construção de um projeto coletivo, por parte dos associados é de fundamental importância para a existência e o fortalecimento dessas organizações. Logo, solidariedade, mobilização, engajamento e confiança são fundamentais para que o grupo possa se organizar, suportando suas adversidades e solucionando seus próprios problemas (NEVES, 2003).

A questão do coletivo entendido por trabalhar coletivamente em prol de objetivos comuns deve nortear as decisões desses cafeicultores, proporcionando a solidez de tais organizações; e, ainda, oferecer impacto direto ao desenvolvimento local. Ao passo que a mobilização social em busca de interesses coletivos, mediante a confiança, participação e

cooperação entre esses atores, pode ser considerada um agente de transformação socioeconômica em um território, como afirma Putnam (1996).

Ora, se esse capital social forma-se entre grupos de indivíduos que se ajudam em prol de objetivos comuns, esses laços ou conexões sociais podem contribuir para um desenvolvimento que parte da própria comunidade (ABRAMOVAY, 1999b; ROMANIELLO, 2009).

O capital social possibilita que certos indivíduos direcionem seus esforços para o trabalho coletivo, no sentido de cooperação entre os atores locais. Pode-se inferir que quanto mais elevado for o capital social, maior será a cooperação de ações que resultem em oportunidades de crescimento, melhorias, mudanças e intervenções na sociedade na qual os indivíduos estão inseridos, propiciando o desenvolvimento local (ABRAMOVAY, 1999a; BILERT et al., 2011).

Bianchini (2005), Bourdieu (1998), Fukuyama (1996) e Putnam (1996), concordam que o capital social pode facilitar a influência no desenvolvimento econômico e social de regiões, comunidades ou grupos específicos. Segundo Marteleto e Silva (2004) a coesão de ‘redes sociais’ promove a formação de ações coletivas, propiciando o acesso à informação, aquisição de conhecimento, empoderamento político e maior solidariedade e engajamento cívico.

Desse modo, a proposta é investigar a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social (confiança, cooperação e participação) entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”.

Objetivo Geral

Investigar a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social (confiança, cooperação e participação) entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”.

Objetivos Específicos

Para atender o objetivo geral foram definidos os objetivos específicos que operacionalizarão a condução da pesquisa por etapas:

- a) identificar a existência de confiança entre os cafeicultores *Fairtrade*;
- b) identificar a existência de cooperação entre os cafeicultores *Fairtrade*;

- c) identificar existência de participação entre os cafeicultores *Fairtrade*, com foco nas decisões relacionadas ao grupo.

Justificativas

Esta pesquisa se justificou sobre três vertentes: pessoal, acadêmica, social.

Primeiramente, sob a ótica pessoal, tal estudo se justifica pela vivência do autor enquanto cafeicultor familiar. Tal vivência ofereceu, na prática, experiências sobre a cafeicultura familiar, apuros e demandas desses cafeicultores; e com o mestrado, o contato com a base científica que dialoga sobre o desenvolvimento sustentável e a agricultura familiar.

Ainda sob a vertente pessoal, o estudo se justificou pelo fato de o autor ter assumido em junho de 2018, o cargo de Secretário Executivo da Associação das Organizações de Produtores *Fairtrade* do Brasil “BRFAIR”, instituição que tem o papel de representar as organizações de pequenos produtores, certificadas pelo Comércio Justo no Brasil, e atua para defender e difundir os princípios e valores do Comércio Justo no Brasil e no Mundo. Isso despertou o interesse em identificar a relação entre cafeicultura familiar, cafeicultura *Fairtrade* e desenvolvimento.

Do ponto de vista acadêmico, esta pesquisa se deu pelo fato de existirem poucos estudos que relacionem *Fairtrade*, capital social e cafeicultura, e pela ausência de estudos que investiguem a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social (confiança, cooperação e participação) entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”. O estudo ainda se justificou por seu potencial em oferecer informações e resultados capazes de orientar políticas públicas com foco no desenvolvimento territorial/local.

Ao investigar a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social entre os cafeicultores associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”, o estudo se justificou em sua vertente social, uma vez que esse desenvolvimento deve partir das próprias potencialidades locais, de modo que, os atores tenham a capacidade de se organizar, suportando adversidades e solucionando seus próprios problemas. Tendo em vista que a estruturação da rede de atores, e a busca por benefícios coletivos pode ser um diferencial entre os cafeicultores *Fairtrade*, beneficiando o grupo e contribuindo para o desenvolvimento local.

Assim, a proposta foi investigar a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social (confiança, cooperação e participação) entre os cafeicultores *Fairtrade*

associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”.

Este estudo está dividido em seis capítulos, incluindo esta introdução que contempla este primeiro capítulo. O segundo capítulo refere-se à fundamentação teórica. Em sequência estão à metodologia, os resultados e a discussão e as considerações finais. Ao final são expostas as referências utilizadas para sua realização.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A cafeicultura no Sul de Minas e sua proximidade com a agricultura familiar

O estado de Minas Gerais é o maior produtor de café do país, respondendo por mais de 52% da produção com cerca de 28,5 milhões de sacas. A região Sul de Minas se destaca como a maior região produtora do Estado e é responsável por 25% dessa produção (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 2016).

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), 81% dos estabelecimentos produtores de café são de agricultura familiar. A cafeicultura familiar emprega em torno de 1,8 milhão de pessoas por ano e é responsável por 38% do café produzido no Brasil. De acordo com o estudo, a área colhida por cafeicultores familiares corresponde a 44% da área colhida em todo o Brasil.

O parque cafeeiro produz empregos desde o início da produção até a disposição final nas torrefadoras, cafeterias e exportação. São pessoas que vivem essa atividade em seu aspecto cultural, comercial e de subsistência. Vale lembrar a questão cultural de modo que tal atividade tem passado por várias gerações para chegar ao seu estado atual.

Certamente os vales e serras do Sul de Minas teriam outra configuração socioeconômica se não fosse a implantação das lavouras de café. A topografia acidentada dificulta a mecanização e permite a concentração da atividade cafeeira em mãos da agricultura familiar. Tal topografia ainda estabelece condições edafoclimáticas ideais para a implantação da cultura (PEDINI, 2013 apud BREGAGNOLI; MONTEIRO, 2013).

A Cafeicultura alimenta economicamente a região, e garante, em partes, a manutenção do tecido social que a permeia. Uma característica que marca a região é a presença de instituições que gravitam em torno da cadeia de produção cafeeira. Além das associações, cooperativas e exportadoras; instituições de pesquisa como a EPAMIG (Empresa Agropecuária de Pesquisa de Minas), de extensão EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais) e de ensino como a UFLA (Universidade Federal de Lavras) e o IFSULDEMINAS (Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica) atuam no segmento cafeeiro; ainda que com estratégias diferentes, convergindo rumo à cafeicultura (PEDINI, 2013 apud BREGAGNOLI; MONTEIRO, 2013).

Coelho (2005) destaca ainda que as estruturas sociais de produção, ou seja, o trabalho (assalariamento, parceria, empreitada ou familiar) e seus arranjos organizacionais, dão ao café como a qualquer produto agrícola, um gosto diferenciado. Para a autora “o café é mais que

um produto, é uma cultura e, em torno dele, pulsam modos de vida e diferenças sociais” (COELHO, 2005, p. 12).

No Sul de Minas, os principais municípios produtores são: Alfenas, São Sebastião do Paraíso, Campos Gerais, Carmo da Cachoeira, Machado, Muzambinho, Três Pontas, Boa Esperança, Coqueiral e Nepomuceno. Nesse parque cafeeiro, grande parte dos cafeicultores ‘trabalham e vivem’ ‘em regime de agricultura familiar’ (IBGE, 2006, 2016).

Desse modo, é importante definir o ‘regime de agricultura familiar’ como um sistema produtivo em que o agricultor detém seus meios de produção e faz da terra seu meio de trabalho para o sustento de sua família. Para Pedini (2011) a agricultura familiar, na forma como é encontrada no cenário agrário brasileiro, tem características da unidade de produção camponesa e da empresa familiar, e podem, inclusive, apresentar mão de obra contratada em determinados períodos do ano.

Guanziroli e Cardim (2000), no estudo "FAO/Incr: Novo Retrato da Agricultura Familiar", caracterizam a agricultura familiar como o universo integrado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado e que não houvesse estabelecimentos com área superior a uma área máxima regional, estabelecida em 15 módulos fiscais. Entretanto, para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é considerado agricultor familiar o agricultor que vive e trabalha nas condições citadas pelo estudo FAO/INCRA com área inferior ou igual a 4 módulos fiscais.

Esses agricultores, ao seguirem estratégias próprias e relacionadas ao seu sistema de produção, por vezes, são tidos como atrasados, conservadores, resistentes ao uso de tecnologias da revolução verde, e mesmo um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura (CURITIBA, 2002). Entretanto, como afirma Coelho (2005) esses bravos agricultores continuam agriculturando e ainda aumentaram em número e importância econômica.

Quanto à cafeicultura, esta, alimenta economicamente a região Sul de Minas, e garante, em partes, a manutenção do tecido social que a permeia. Os estudos de Coelho (2005), Curitiba (2002), Guanziroli e Cardim (2000) e Pedini (2011) se entrelaçam com o contexto da cafeicultura familiar no Sul de Minas e demonstram a importância dessa cafeicultura em seus atributos para o tecido social econômico em questão.

2.2 O *Fairtrade*, movimento e mercado alternativo

O movimento *Fairtrade* nasce a partir de iniciativas de ajuda humanitária dos países do hemisfério norte aos povos do hemisfério sul, buscando uma relação mais justa entre empresas e consumidores dos países ricos para com os produtores dos países pobres. Dentre as principais diferenças da certificação *Fairtrade* a outros tipos de certificações como *Rainforest* e UTZ, estão a exigência de um preço mínimo que deve ser adotado durante as transações comerciais, e a especificidade do produtor certificado, agricultores organizados em cooperativas ou associações (PEDINI, 2011).

Esse preço mínimo se resume a um preço pré-fixado que garante aos produtores receitas um pouco maiores que seus custos de produção, já que essa inversão (despesa maior que receita) pode ocorrer no livre mercado, principalmente com agricultores familiares com poucas condições de se proteger das oscilações do mercado, e que muitas vezes ficam à mercê de atravessadores que se apropriam da maior parte do valor final pago ao produto. Assim, os produtores *Fairtrade*, vinculados às suas cooperativas ou associações podem vender seu produto diretamente aos importadores e ainda contam com um bônus, um prêmio social acima do valor de mercado para garantir melhorias nas condições de vida dos produtores.

Sob uma ótica do movimento ao invés de mercado *Fairtrade*, Mascarenhas (2007) analisa e descreve o *Fairtrade* como um movimento social que teve sua origem nos países do Norte, tendo sua proposta adaptada pelos países do Sul, incorporando elementos dos contextos locais e recebendo influências de movimentos sociais e atores locais. Tal movimento é baseado em critérios sociais, econômicos e ambientais definidos pelo movimento internacional do comércio justo.

Com o propósito de uma comercialização justa, o movimento *Fairtrade* atua no mercado à medida que busca reduzir as desigualdades econômicas do comércio de *commodities* agrícolas, beneficiando principalmente produtores oriundos de países do hemisfério sul, e com baixos níveis de renda.

Desse modo, a partir de uma certificação e um selo *Fairtrade* tais produtos sinalizariam ao consumidor que o produto em questão, observa e segue em seu processo produtivo critérios sociais, econômicos e ambientais. De acordo com Mascarenhas (2007) esses produtos e processos oriundos do *Fairtrade* devem incorporar princípios dispostos nas convenções culturais da humanidade, como os princípios da Organização Internacional do Trabalho, a Carta dos Direitos Humanos e, posteriormente, as dimensões do desenvolvimento sustentável.

A International Fairtrade Labelling Organisation (FLO), a partir de abril de 1997, em uma união das organizações de comércio justo, passou a determinar as diretrizes de certificação para o Comércio Justo em todo o mundo, determinando os critérios necessários para o enquadramento de grupos de produtores, empresas e importadores participantes do movimento (FLO, 2018).

Esses critérios e princípios buscam emancipar os produtores marginalizados e suas organizações, além de buscar maior igualdade no comércio internacional e devem ser seguidos por todas as organizações ligadas ao movimento *Fairtrade*, como afirma Mascarenhas (2007, p. 6).

Ter um compromisso central com o movimento. Apoiar financeira, técnica e organizacionalmente os produtores. Participar de campanhas de conscientização no Norte e no Sul. Fazer campanhas para mudanças nas regras e práticas do comércio internacional. **Na parceria com as organizações de produtores o movimento pretende:** desenvolver uma parceria comercial; praticar o respeito mútuo preservando culturas; transparência e accountability; dar informações para acesso a mercados; ter uma comunicação aberta e construtiva; facilitar o diálogo e arbitragem na resolução dos conflitos; melhorar as condições comerciais; pagar um preço justo; financiar a colheita e promover relações comerciais de longo prazo. **Na área de direitos humanos:** assegurar direitos de trabalhadores e produtores; possibilitar uma remuneração justa e boas condições de trabalho; cumprir leis nacionais e manter os direitos humanos de acordo com a ONU; assegurar que os padrões de trabalho da OIT sejam cumpridos; proibir o trabalho forçado; e promover o direito de organização e negociação coletivas; remunerar de forma igualitária o trabalho de homens e mulheres; evitar, no acesso ao trabalho, discriminação de raça, cor, sexo, religião, política; proibição do trabalho infantil. **Promover o desenvolvimento sustentável das organizações de produtores:** fortalecer as organizações de pequenos produtores, bem como o direito de participação nas decisões de produtores e trabalhadores; financiar a capacitação e o desenvolvimento de recursos humanos, especialmente mulheres; encorajar ativamente melhores práticas ambientais e métodos responsáveis de produção.

Através de uma gestão descentralizada a Coordenadoria Latino Americana e Caribenha do Comércio Justo (CLAC), é a coproprietária da organização do sistema de Comércio Justo Internacional, e atua em rede, representando todas as organizações *Fairtrade* da América Latina e do Caribe certificadas, e outras organizações de Comércio justo. Atualmente, são mais de 700 organizações membros da CLAC em 24 países do continente (CLAC, 2019).

A metodologia de gestão da CLAC incentiva a criação de coordenadoras nacionais, que em conjunto com a coordenadoria latino-americana, têm o papel de representar e

promover os interesses, o empoderamento e o desenvolvimento de seus membros (produtores) e de suas comunidades.

No Brasil, a coordenadora responsável por essa representação das organizações de produtores é a Associação das Organizações Fairtrade do Brasil (BRFAIR). A BRFAIR conta, atualmente, com 22 organizações de pequenos produtores (OPPs) associadas, e tem a intenção de alcançar e representar todas as organizações de pequenos produtores (OPPs) brasileiras.

A base atual do movimento *Fairtrade*, além de estimular o comércio entre produtores do hemisfério sul e consumidores do hemisfério norte, incentiva relações comerciais entre produtores e consumidores nos países do hemisfério sul (Sul - Sul) e hemisfério norte (Norte - Norte), nos países do Sul em nível local e nacional e no Norte em nível local e nacional.

Quanto à perspectiva dos produtores, França (2003) aponta que, no Brasil, esses produtores ainda estão formando suas opiniões sobre a coerência do modelo comercial proposto pelo comércio ético e solidário (*Fairtrade*). Segundo o autor, o *Fairtrade* oferece espaço e maiores oportunidades aos pequenos produtores, entretanto, há uma crescente demanda por capacidade tecnológica e produtos de qualidade por parte desse mercado, porém muitos não estão capitalizados nem capacitados tecnologicamente.

De modo geral existe um sentido de parceria entre produtores e consumidores, sem desviar o foco do negócio. Quanto aos produtores, estes, cada vez mais conscientes da importância de uma participação efetiva relatam a necessidade de maior abertura para debates e canais de participação (FRANÇA, 2003).

Entretanto, o comércio justo rompe com os princípios da economia solidária ao incorporar organizações de produtores dependentes do trabalho contratado (plantações e lavouras que utilizam mão de obra contratada). Desse modo, seria plausível relacionar o *Fairtrade* a um comércio ético, em que produtores e consumidores estão preocupados com questões sociais e ambientais (LAFORGA, 2005).

Vale ressaltar que o comércio justo atua no mercado e não é seu objetivo superar o capitalismo, todavia, atua contraditoriamente às práticas capitalistas, garantindo preços mínimos e 'justos', cobrindo custos sociais e ambientais; e ainda oferecendo pré-financiamentos e estabilidade de preços no longo prazo (LAFORGA, 2005).

Laforga (2005) e Pedini (2011) relatam o interesse de grandes empresas, inclusive redes de distribuição que buscam a melhoria de sua imagem corporativa e maiores lucros ao oferecerem produtos diferenciados. Essa atuação em diferentes lojas e segmentos dinâmicos exige altos padrões de qualidade e profissionalismo por parte dos produtores, traduzidos em

modernização dos processos produtivos e em ganhos de produtividade; o que acaba por distorcer, de certa forma a lógica inicial do movimento *Fairtrade*.

Entretanto, existe um grande número de cooperativas e associações de agricultores familiares e mesmo cafeicultores familiares que trabalham com *Fairtrade* no Brasil e no estado de Minas Gerais. De acordo com a CLAC, no Brasil, são atualmente 42 organizações de pequenos produtores (OPPs) e 8 plantações (empresas com trabalhadores contratados) que trabalham em sua maioria com café, suco de fruta, mel, castanha, soja e uva para vinho. Minas Gerais é o estado com o maior número de Organizações de Produtores *Fairtrade* (OPPs), são ao todo 23 Organizações de Produtores de Café *Fairtrade* (CLAC, 2019).

2.3 O Capital Social

O que dizer do capital social? Solução para as mazelas sociais ou conceito científico sobre um tipo de capital intangível que se desenvolve no seio de grupos sociais, ou mesmo na ajuda mútua entre dois amigos? Apoiamo-nos no aporte científico para explicitar um fenômeno que pode ser tão antigo quanto à necessidade do homem de constituir grupos e se relacionar com os pares de sua espécie.

Aléxis de Tocqueville interessado na efervescência democrática da sociedade norte-americana visitou os Estados Unidos da América na primeira metade do século XIX e ficou impressionado com o espírito e vigor dos americanos em se associar para fazer quase tudo. Considerado, hoje, o pai da ciência política, Tocqueville enunciou, pela primeira vez no clássico da literatura política, chamado “A Democracia na América”, na segunda metade da década de 1830, a expressão “governo civil” (capacidade da sociedade humana de gerar ordem espontaneamente a partir da cooperação), que podemos considerar, em linha direta, o início da aplicação do conceito de capital social (ROMANIELLO, 2009).

Entretanto, existe um consenso que o sociólogo James Coleman teria inserido o debate sobre o capital social no meio acadêmico. Segundo Coleman (1990) esse capital social refere-se a um componente do capital humano que permite a um determinado grupo ou sociedade cooperar na formação de novos grupos e associações. Desse modo, certas ações comuns aos atores de uma estrutura seriam facilitadas pela ação coletiva e seus resultados.

Assumindo a credibilidade de Coleman, Monastério (2006) afirma que foram os trabalhos de Putnam que tiveram o maior destaque. Dentre os 870 quilômetros que separavam o norte e o sul da Itália, Putnam busca ilustrar um debate mais aprofundado sobre as

condições que faziam a democracia funcionar; destacando a comunidade cívica como fundamental para esse funcionamento democrático.

Putnam estabelece então uma relação de causa e efeito entre a comunidade cívica e o desempenho institucional da Itália moderna, conceituando comunidade cívica como a comunidade que cumpra quesitos como participação cívica; igualdade política; solidariedade, confiança, tolerância; e práticas associativas; para então apresentar o capital social referindo-se a aspectos das organizações sociais, tais como as redes, as normas e a confiança, que permitem a ação e a cooperação para benefício mútuo, capaz de resolver problemas de ação coletiva (MONASTÉRIO, 2006).

Marteletto e Silva (2004) assumindo a perspectiva de Putnam (1996) concordam que as relações existentes entre os indivíduos representados por sujeitos sociais (indivíduos, grupos, organizações etc.) e conectados por algum tipo de relação, fazem parte do capital existente nas sociedades, enfatizando o fato de que, como capital, tais relações servem de base para o desenvolvimento social e econômico.

No que tange a esse capital social, é importante ressaltar que este se fortalece na medida em que os sujeitos se relacionam, e perde força com a ausência de interesses no trabalho coletivo. Como um grupo que se une em prol de um objetivo em comum (exemplo: a distribuição de energia em uma comunidade rural) e após alcançar o objetivo (iluminação pública) essa união perde força, pois o grupo não partilha mais objetivos em comum.

Entretanto, é importante diferenciar aqui o capital social individual e capital social comunitário. Segundo Durston (2003), o capital social individual manifesta-se nas relações entre duas pessoas através de redes egocêntricas; ou seja, onde os laços de proximidade como família e amigos regem o tipo de capital. Quanto ao capital social comunitário, o mesmo autor afirma que este é o tipo de capital social que chega a ser plenamente coletivo; ou seja, está presente nas estruturas de cooperação comunitária bem como no sistema sociocultural de cada comunidade e em suas estruturas normativas, gestonárias e sancionadoras.

Para Dallabrida (2006), o capital social comunitário fortalece a participação comunitário-associativa, complementa os serviços públicos, além de inferir positivamente no associativismo empresarial. Sendo assim, é notável que a presença de uma maior densidade de capital social, numa determinada sociedade localizada temporal e espacialmente, é fundamental para o desenvolvimento.

No capital social temos a confiança, a cooperação, a participação social, o aprendizado e o compartilhamento de recursos entre os atores envolvidos, como conceitos fundamentais

para esclarecer o modelo de desenvolvimento de uma dada região (VALE; AMÂNCIO; LAURIA, 2006).

A confiança é um componente indispensável à existência do capital social. Assim, quanto maior a confiança, maior é a probabilidade de existência de solidariedade (ajuda mútua entre os atores) e participação social nas decisões que dizem respeito ao grupo. Desse modo, a confiança interpessoal e a participação nas instituições sociais e políticas são as principais facilitadoras de ações coletivas em torno de metas comuns (BAQUERO, 2000).

Assim, a capacidade de cooperação entre esses indivíduos em prol de objetivos comuns está fundamentada em normas e valores partilhados, e ainda na concepção de cada membro dessa comunidade em relação ao grupo. Segundo Fukuyama (1996, p. 12), a “confiança é a expectativa que nasce no seio de uma comunidade de comportamento estável, honesto e cooperativo, baseado em normas compartilhadas pelos membros dessa comunidade”.

Desse modo, confiança interpessoal possibilita ações colaborativas, uma vez que os sujeitos se identificam, e partilham de valores comuns, e, à medida que se relacionam sabem com quem ‘podem contar’ ou não. Putnam (1996) afirma que quando não existe confiança os indivíduos preferem agir isoladamente.

Portanto, essa confiança interpessoal pode ser considerada como os relacionamentos cotidianos, envolvendo as relações familiares, entre amigos, vizinhos, professores e mesmo entre grupos de produtores unidos em associações e cooperativas, como os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”. Tabosa et al. (2004) afirmam que a confiança é a essência do capital social, e sem ela é impossível existir cooperação.

A confiança solidifica a cooperação; tal cooperação é definida por Coleman (1990) como a capacidade dos indivíduos de trabalhar por um bem comum. Apoiado em Coleman, Putnam (1996, p. 117) afirma que “através da confiança são formadas as cadeias de reciprocidade e os indivíduos assumem deveres em retribuir favores recebidos”.

Romaniello (2009) relaciona participação social, confiança e solidariedade, uma vez que, como principais indicadores da existência de capital social a confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e gera cooperação entre as pessoas. Já a cooperação alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros do grupo, e incrementa a participação social.

É fato que não existe uma definição única e objetiva a respeito do capital social, entretanto, existe um consenso sobre sua importância e influência no desenvolvimento de

sociedades locais, e sobre a convergência de fatores como confiança e cooperação. Assim, o capital social é capaz de proporcionar uma coordenação de esforços coletivos rumo à obtenção de objetivos em comum, ou mesmo benefícios coletivos (SERAFIM et al., 2012; SILVA; CANDIDO, 2009).

Tais benefícios coletivos são considerados por Olson (1999) como “benefícios indivisíveis”, ou seja, aqueles que uma vez consumidos por um grupo não podem ser negados a uma pessoa desse grupo, mesmo que este não tenha se dedicado em sua obtenção. Assim, a decisão do indivíduo sobre se irá ou não contribuir para a obtenção do benefício coletivo depende se os custos da ação forem inferiores aos benefícios alcançados.

O fato é que o engajamento desses indivíduos em contribuir para obtenção de benefícios coletivos está diretamente ligado à existência e ao estoque de capital social em determinado grupo. Olson (1999) aponta que quanto maior o grupo, maiores as possibilidades de não engajamento, pois a não participação do indivíduo não apresenta grande impacto sobre o resultado. Segundo o autor, seria necessário algum tipo de coerção sobre o não participante ou um benefício exclusivo para os indivíduos atuantes.

Vale lembrar que o simples fato de existirem grupos de indivíduos que têm em particular uma atividade, ou que se identifiquem enquanto agricultores ou trabalhadores, operários, não configura a existência ou estoque de capital social.

Mesmo em associações ou cooperativas, Neves (2003) destaca a construção de um projeto coletivo como fundamental para o funcionamento, fortalecimento e a sobrevivência dessas organizações; de modo que, atributos como solidariedade, cooperação voluntária e a criação de soluções para problemas precisos sejam inerentes aos atores, bem como à organização.

2.4 Capital social como ativo do desenvolvimento

O termo desenvolvimento, e aqui, em questão o desenvolvimento territorial, está relacionado a um processo de mudança estrutural, empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado nos capitais físico, financeiro, natural, humano e social; e em prol da melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2003).

Vale destacar a questão ambiental que é fundamental para um desenvolvimento efetivo. Segundo Horota (2001), a questão ambiental está atrelada à noção de desenvolvimento sustentável, que pode ser entendida como o atendimento às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem às suas.

Assim, segundo Romaniello (2009), o desenvolvimento está relacionado ao direito de todos de desfrutar um nível de vida adequado, em termos de saúde e bem-estar, abrangendo questões como alimentação, vestuário, moradia e assistência médica; incluindo seu caráter sustentável, como citado acima.

Entretanto, com o foco no capital social, valemo-nos dos estudos de Dallabrida (2006) para relacionar esse capital à dimensão intangível do desenvolvimento. Segundo ele, a dimensão tangível é a parte material do desenvolvimento territorial e tem, nos aspectos econômicos, sua expressão maior; quanto à dimensão intangível, esta é relacionada à capacidade coletiva para realizar ações de interesse societário.

Assim, a existência e o estoque de capital social têm se mostrado fundamental para o desenvolvimento territorial, numa determinada sociedade localizada temporal e espacialmente (DALLABRIDA, 2006).

Abramovay (1999a) considera que esse desenvolvimento territorial deve apoiar-se na organização desses atores em rede, como forma de valorizar os principais atributos de sua região. Desse modo, a formação do capital social faz com que os indivíduos possam beneficiar-se, no plano local, dos benefícios econômicos de um processo pelo qual são protagonistas diretos; mesmo que esses resultados sejam modestos.

Quanto ao desenvolvimento em sua perspectiva territorial, Dallabrida (2006) se apoia no redimensionamento das dimensões *hardware* (todas as infraestruturas que servem de base aos processos de mudança estrutural ao funcionamento do sistema produtivo), *software* (conhecimentos e potencialidades locais, a qualificação dos recursos humanos, a tecnologia, a capacidade empreendedora, a informação existente nas empresas, demais organizações e instituições, e a cultura da população) e *orgware* (capacidade auto-organizativa das regiões) do desenvolvimento local ou regional (VÁZQUEZ BARQUERO, 1996 apud DALLABRIDA, 2006).

Dallabrida (2006) destaca a dimensão *orgware* (capacidade auto-organizativa das regiões) como a capacidade de organização econômica, social e institucional do território.

Essa dimensão *orgware*, e, intangível do desenvolvimento, refere-se a ações com foco no fortalecimento da organização social para o desenvolvimento, capacitando a organização social existente na cidade ou região [ou território] para apresentar respostas eficazes aos problemas e desafios que pretende ou precisa superar (VÁZQUEZ BARQUERO, 1996 apud DALLABRIDA, 2006). Assim, o capital social funciona como uma supercola sociológica que mantém esses atores relacionados como forma de solucionar objetivos em comum.

Entretanto, um único cidadão ou mesmo uma organização social, estão diretamente ligados a questões políticas e normativas, o que influencia diretamente na tomada de decisão, e por que não, na vida desses atores. Sendo assim, o Estado tem papel fundamental no processo de desenvolvimento territorial, tanto na formulação e execução de políticas públicas com esse escopo, quanto na abertura de espaços para a construção do capital social coletivo (DURSTON, 2003).

Em destaque à questão do empoderamento, pois, a simples existência do capital social coletivo não garante que os diferentes segmentos de uma sociedade sejam ouvidos, e tenham suas demandas contempladas, e suas oportunidades igualadas no plano social (DALLBRIDA, 2006).

Assim, segundo Pedini (2011), o empoderamento consiste na ação coletiva e individual, desenvolvida pelos indivíduos, ao participarem de espaços privilegiados de decisões e consciência dos direitos sociais. Desse modo, o empoderamento coletivo consiste na igualação de oportunidades entre os atores sociais, sendo a antítese do clientelismo, e a essência da autogestão.

Conclui-se que, nas sociedades que possuem maior estoque de capital social, os setores mais excluídos podem fortalecer sua posição frente aos atores mais poderosos nos processos de decisão, caminhando rumo ao empoderamento (DALLABRIDA; BECKER, 2003).

2.5 O Desenvolvimento Local

Nas ciências sociais os termos desenvolvimento e crescimento devem ser tratados com cautela, pois sendo distintos, ora se completam ora se opõem; e muitas vezes ocorrem confusões quanto à interpretação e discussão dos temas. Há autores que observam crescimento e desenvolvimento “econômico” como processos semelhantes, e autores que defendem um debate sobre uma visão mais ampla a essa diferenciação e seus impactos sociais (DALLABRIDA, 2010).

Entretanto, a proposta é tratar o desenvolvimento como um processo sociocultural que pode se caracterizar como um processo econômico. Segundo Goulart (2006), para Celso Furtado o caráter local do desenvolvimento resgata os valores das coletividades e, pertencendo a “comunidade”, a responsabilidade social de ser parte do próprio processo de desenvolvimento.

Esse processo, registrado em pequenas unidades territoriais, é capaz de promover dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Tal processo representa uma transformação nas bases econômicas e na organização social local, por meio das potencialidades e capacidades da população local. Assim, para ser local, o ‘desenvolvimento’ deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1999).

Apesar de seu forte conteúdo interno, o processo de desenvolvimento local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa. Buarque (1999) ressalta que o processo de desenvolvimento local interage e recebe influências e pressões positivas e negativas; entretanto, mesmo quando decisões externas (de ordem política ou econômica) oferecem influência direta na reestruturação socioeconômica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer a contínua mobilização dos atores locais em torno de um projeto coletivo. O autor enfoca a importância dos capitais humano (conhecimentos, potencialidades e capacidades da população local) e social (confiança, cooperação e participação).

De acordo com Amaral Filho (2001), as matrizes teóricas que alicerçam o desenvolvimento regional estão de um lado, no campo dos economistas adeptos à concorrência imperfeita e, de outro lado, no campo dos economistas, dos sociólogos e dos geógrafos regionais marshallianos e schumpeterianos que primeiro estudaram os distritos industriais italianos.

É fato que não existem receitas e fórmulas para a promoção do desenvolvimento; entretanto, existem caminhos e medidas que incentivam e promovem o desenvolvimento no local. Nesse sentido, a relação entre capital social e desenvolvimento local se alinha ao campo de estudo dos economistas, dos sociólogos e dos geógrafos regionais que estudaram os distritos industriais italianos; dentre eles Bourdieu (1998) e Putnam (1996).

Goulat (2006) relata a existência de uma gama de estudos que investigam arranjos, redes e o impacto econômico de atividades específicas, sucesso e fracasso. Entretanto, pouco se fala sobre as transformações no espaço territorial que se desenrolam em fenômenos sociais, justificando o estudo sobre capital social e desenvolvimento local.

Assim, essa discussão sobre o desenvolvimento local, centra-se primeiramente no agente do desenvolvimento entendido como a própria comunidade ou grupo em questão. Oliveira (2001) aponta que, não basta que as pessoas encontrem satisfação em um conjunto de

requisitos e bem-estar social. Para o autor, seria necessário incluir no debate sobre o desenvolvimento local a questão da cidadania.

Desse modo, a cidadania é um estado de espírito, e é através dela que os cidadãos lutam pela qualidade de vida. Ao passo que o sujeito não é mais particular, e sim coletivo, o que inclui a garantia dos direitos civis, políticos, sociais e mesmo ambientais. Essa capacidade de participação da cidadania nas decisões locais é uma dimensão substantiva do desenvolvimento local (OLIVEIRA, 2001).

Romaniello (2009) considera que o verdadeiro controle efetivo da ‘coisa pública’ é reflexo de uma cidadania organizada, reforçando o debate sobre o capital social coletivo. Assim, descentralização de responsabilidades, atribuindo poder à base da administração, à sociedade organizada em organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), tais como associações, cooperativas, organizações não governamentais; enfim a sociedade civil organizada em ações coletivas contribui para um desenvolvimento no local.

A virtude cívica, entendida, neste trabalho, como pertencimento social e participação dos cidadãos na decisão do local, é a base fundamental para um grupo ou comunidade trabalhar em prol de interesses em comum. Putnam (1996) ressalta que quando há falta de virtude cívica os cidadãos buscam interesses próprios e particulares. Desse modo, o civismo explicaria porque umas comunidades estavam mais aptas que as outras para gerir a vida coletiva e manter suas instituições eficazes.

Assim vai sendo construído um rico tecido social, em que a capacidade de auto-organização, através de vínculos solidários, colaboração horizontal, canais de participação, instituições e organizações que estimulam a confiança e a reciprocidade nos relacionamentos entre grupos e atores sociais; enfim, o capital social resulta em cidadãos empoderados, capazes de tomar decisões coerentes sobre seu próprio futuro (JARA, 2001).

Mediante a uma brilhante discussão sobre o “desenvolvimento no local” e “desenvolvimento para o local” Ávila (2006) conceitua o desenvolvimento local como um processo perene e contínuo, influenciado tanto por agentes externos quanto pelos próprios atores e comunidade (de dentro para fora).

Refere se essencialmente a que cada comunidade - localidade DESABROCHE – com a ajuda de agentes externos - capacidades, competências e habilidades no sentido de que ela mesma se torne apta tanto a agenciar (buscando e selecionando seus próprios rumos de desenvolvimento) quanto a gerenciar encaminhamentos de concretização desses rumos, começando por diagnoses de suas reais necessidades, aspirações, possibilidades, potencialidades, condições etc., e continuando por tomadas de decisões, elaboração de programações, deslanchamento dos

correspondentes fluxos operacionais, e assim por diante (ÁVILA, 2008, p. 80).

Ávila (2006) ressalta que o desenvolvimento local é um processo que não se faz sozinho. Segundo ele, se todas as comunidades ou localidades soubessem como motivar e promover o desenvolvimento, já não existiria localidade alguma não desenvolvida, subdesenvolvida ou unilateralmente-desenvolvida.

Observando os estudos de (ÁVILA, 2006), é notável a importância das políticas públicas com foco no desenvolvimento territorial e local, de organizações públicas que atuam no ensino, pesquisa e extensão; organizações não governamentais e OSCIPs; e mesmo das bases e diretrizes do movimento Fairtrade, enquanto agentes e facilitadores dos processos de desenvolvimento.

Sabourin e Teixeira (2002) destacam a necessidade em associar, nas políticas de desenvolvimento (regional ou local), a noção integradora e espacial de "construção do território", como complemento das abordagens setoriais. Essa abordagem aponta para a identificação e a valorização das dinâmicas de coordenação e organização das relações e dos fluxos existentes entre os agentes locais, por uma parte, e entre o território e seu ambiente externo, por outra. De fato, constata-se que o desenvolvimento das atividades produtivas depende cada vez mais de relações territoriais.

Através de projetos de estruturação produtiva de um território de forma sustentável, objetiva-se a inclusão social e econômica sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem as suas próprias necessidades. Daí a importância do desenvolvimento vinculado a um conjunto de valores, abrangendo as dimensões ambiental, social e econômica (ABRAMOVAY, 1998).

Assim, Amaral Filho (2001), Ávila (2006) e Bianchini (2005) destacam a solidariedade, confiança e participação social como fatores preponderantes para essa perene continuidade dos processos de desenvolvimento local, com ações e iniciativas com foco na construção desse projeto coletivo de desenvolvimento; justificando assim a relevância do capital social no desenvolvimento de comunidades ou localidades.

3 METODOLOGIA

No presente tópico apresentamos os procedimentos metodológicos empregados, bem como a estrutura da pesquisa para que sejam alcançados os objetivos propostos.

A pesquisa social é em si, um processo investigativo e questionador. Demo (2008) afirma que quem pesquisa questiona, e esse é o caminho pertinente para o saber pensar. Assim, a dúvida é constitutiva, porque a incerteza alimenta melhor o desenvolvimento do conhecimento, do que as certezas.

Alencar e Gomes (1998), Flick (2009), Martins (2004) e Matta (1991), afirmam que a metodologia diz respeito ao processo de produção do conhecimento. Apoiado em tais autores, relacionamos a metodologia científica com o processo de produção de alimentos em que o agricultor, através dos cuidados com a terra, condições climáticas favoráveis, tratos culturais necessários e paciência, recebe os frutos de seu trabalho; bem como o pesquisador encontra suas respostas ou novas dúvidas, e gera conhecimento.

Alencar e Gomes (1998), Demo (2008) e Martins (2004) afirmam que as metodologias qualitativas, privilegiam a análise de microprocessos, através das ações sociais individuais e grupais, permitindo um estudo em amplitude e profundidade. Assim é importante destacar o comprometimento e o rigor do pesquisador com a pesquisa, tendo em vista que aquele se relaciona e interage com o grupo estudado. Nesse caso, o cientista social deve buscar uma estreita aproximação entre os dados, fazê-los falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la.

Observando a história e a evolução dos cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”, o cerne da investigação foi a realidade dos cafeicultores *Fairtrade*, e o caráter normativo da certificação, observando a configuração e a organização dos atores mediante a influência dos princípios e critérios da certificação *Fairtrade*.

Assim, ao investigar a influência do *Fairtrade* na formação e desenvolvimento do capital social (confiança, cooperação e participação) entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”, foram adotados diferentes métodos como forma de auferir dados, interpretação, e respostas, oriundos das relações sociais entre os atores durante o estudo de caso.

3.1 Método da pesquisa

Para este estudo, foram adotados os seguintes métodos de pesquisa:

- análise documental;
- entrevista em profundidade (com roteiro semiestruturado);
- observação não participante.

Devido ao cruzamento entre análise documental, entrevista em profundidade (com roteiro semiestruturado) e observação não participante como métodos investigativos, é notável a triangulação sistemática de perspectivas. Flick (2009) afirma que essa abordagem, refere-se à combinação de perspectivas e métodos apropriados que sejam convenientes para levar em conta aspectos distintos de um mesmo problema.

3.2 Seleção dos atores sociais

Os atores sociais escolhidos foram os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”.

Tais produtores, organizados em uma associação com 49 produtores (45 cafeicultores familiares) denominada “Associação Comunitária dos Costas” se uniram ao movimento *Fairtrade*, em 2008; no ano seguinte, o grupo (69 produtores) constituiu a Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança deixando a natureza jurídica de associação.

O quadro de cafeicultores associados em 2018 é de 149 cafeicultores, em sua maioria cafeicultores familiares, que têm a atividade cafeeira como seu principal meio de renda e sobrevivência. Tais cafeicultores desenvolvem a atividade na área rural do município de Boa Esperança e em áreas rurais de municípios próximos à Boa Esperança - Minas Gerais.

Para maior fidelidade das informações e dados obtidos, neste estudo optou-se por trabalhar apenas com cafeicultores associados à cooperativa, e que desenvolvem a atividade cafeeira no meio rural do município de Boa Esperança, Minas Gerais. Assim, foram entrevistados seis cafeicultores, todos com propriedades cafeeiras na zona rural do município de Boa Esperança - MG.

3.3 Levantamento de dados

A análise documental foi realizada a partir do acervo de documentos cedidos pela cooperativa (relatórios, atas, cartilhas, cartas, textos, livros, imagens e vídeos) como forma de aproximar o pesquisador da realidade dos pesquisados, através de suas memórias arquivadas entre os anos de existência da organização. Gil (2008) destaca que a pesquisa documental aproxima o passado do presente, possibilita a investigação de processos de mudança social e cultural, e é de grande valia para a pesquisa social.

Na primeira etapa da entrevista em profundidade, foram realizadas entrevistas por conveniência. Para Gil (2008), nesse método os indivíduos são escolhidos pela acessibilidade, ou por serem mais fáceis de serem avaliados. Assim, mediante ao tempo de duração da pesquisa, disponibilidade de recursos para o trabalho de campo, e mesmo a disponibilidade desses cafeicultores em participar do estudo, foram entrevistados seis cafeicultores, todos com propriedades cafeeiras na zona rural do município de Boa Esperança - MG. Tais cafeicultores foram entrevistados durante reunião realizada pelo departamento agrônômico da cooperativa, na qual, o pesquisador foi convidado a participar.

Ao final da reunião, os cafeicultores foram convidados a contribuir com a pesquisa. Durante a aplicação dos questionários foi evidenciado que os cafeicultores entrevistados vivem e trabalham em diferentes regiões rurais de Boa Esperança, o que ofereceu maior amplitude à investigação, ao auferir realidades de bairros rurais diferentes.

Seguindo a entrevista em profundidade, foram realizadas entrevistas intencionais com o Presidente, a Diretora Administrativa e o Diretor Financeiro da Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”, onde encontram-se associados os cafeicultores *Fairtrade* da região de Boa Esperança - MG; vale destacar que o corpo diretor da cooperativa é composto por cafeicultores associados à cooperativa DOS COSTAS.

Flick (2009) destaca o método intencional como necessário para obtenção de informações-chave, que podem ser fornecidas apenas por atores que ocupam posições estratégicas em organizações ou grupos específicos.

Já a observação não participante foi realizada durante o contato com os produtores durante a realização das entrevistas, e durante a atuação do pesquisador como Secretário Executivo da Associação das Organizações de Produtores *Fairtrade* do Brasil “BRFAIR”, instituição que trabalha para representar as organizações de pequenos produtores certificadas pelo Comércio Justo no Brasil. Ao atuar como Secretário Executivo da BRFAIR, o

pesquisador pôde ver e vivenciar o dia a dia dos cafeicultores, e da Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”.

Avançando em tal método, os pesquisadores estiveram presentes em uma das reuniões realizadas pelo departamento agrônomo da organização. Na reunião, os cafeicultores discutiram temas relacionados à produção e produtividade, transição para a agricultura orgânica, comercialização dos cafés produzidos, apoio da organização aos cafeicultores associados, e auditoria na produção orgânica.

A ocasião proporcionou maior aproximação do pesquisador à realidade dos cafeicultores, oferecendo uma oportunidade ímpar quanto à investigação sobre a existência de confiança, cooperação e participação, entre os cafeicultores *Fairtrade*.

Durante a observação não participante foram elaboradas notas de campo, mediante o que os pesquisadores viram e ouviram, durante os roteiros de entrevista, visitas à cooperativa e participação em reunião de cooperados.

De acordo com Gil (2008), a observação não participante é muito apropriada para o estudo de condutas mais manifestas na vida social. Ainda segundo o autor, a observação não participante se adéqua a estudos qualitativos, sobretudo àqueles de caráter exploratório.

Considerando o desenvolvimento como um processo sociocultural, para assim se caracterizar como um processo econômico, Goulart (2006) afirma que a pesquisa qualitativa se mostra relevante e mesmo indispensável para a obtenção de realidade social do desenvolvimento regional e local.

3.4 Análise dos dados

A análise das informações obtidas mediante a realização de entrevistas em profundidade envolveu a audição exaustiva das gravações, organização das informações em relatos, transcrições e leitura minuciosa desses documentos, comparação das informações, e a identificação do que existe ou não em comum entre elas. Após a extração das comparações, dimensões e conceitos, foi realizada a organização dos conceitos e dados em categorias de análise.

Seguindo a pesquisa, a análise documental e a observação não participante permitiram maior aproximação do pesquisador ao contexto estudado. O rico conteúdo dos documentos estudados e o contato com os cafeicultores *Fairtrade* ofereceram aporte para os resultados e a discussão da pesquisa.

Na adoção dos procedimentos metodológicos objetivou-se a combinação de métodos capazes de fornecer a confiabilidade e a validade que se esperava, ampliando a diversidade de olhares para a estruturação de um plano de avaliação do contexto estudado. A intenção foi realizar uma análise de dados que representasse a compreensão da realidade social implícita.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Capital Social e desenvolvimento

As diferenças regionais e a pluralidade de estágios de desenvolvimento sempre despertaram olhares e questionamentos entre estudiosos de diferentes campos de estudo. Assim, pesquisadores têm buscado responder a seguinte pergunta: quais seriam as estratégias e caminhos que levaram um grupo ou uma comunidade ao seu atual estágio de desenvolvimento? Putnam (1996), ao estudar por anos as diferenças regionais entre o norte e sul da Itália, encontrou no trabalho colaborativo dos cidadãos uma forte ligação entre os níveis de desenvolvimento econômico e social dessas regiões.

Para Putnam (1996), os altos índices de confiança, cooperação e participação social, estão diretamente relacionados ao estágio de desenvolvimento econômico e social das comunidades. Segundo o autor, enquanto o capital humano refere-se às propriedades dos indivíduos como os conhecimentos, habilidades e competências da população local; o conjunto das características da organização social, que abrangem redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, participação, cooperação, obrigações e canais de informação, refere-se ao capital social.

Fukuyama (1996) afirma que nações e regiões mais prósperas serão aquelas mais bem preparadas, formadoras de cidadãos que trabalhem colaborativamente e organizadas em comunidades cívicas, ou seja, é aquela em que a confiança e a cooperação ativam a participação dos cidadãos de uma região ou país em direção a objetivos comuns e a um futuro almejado.

O capital social é um ativo presente em muitos processos de desenvolvimento territorial e local. Um grupo que se organiza encontra a necessidade de partilhar tarefas e obrigações; outro fator predominante no trabalho coletivo são as normas compartilhadas pelo grupo. Assim, essa união colaborativa e organizada, é certamente fator indispensável à prosperidade econômica e à boa governança.

Segundo Buarque (1999), para ser local o ‘desenvolvimento’ deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. Assim, para ser desenvolvimento e não um crescimento econômico “fantasiado de desenvolvimento” a dinamização da economia local deve observar princípios como

distribuição de renda, fortalecimento do comércio local, oferta de empregos e melhoria da qualidade de vida do grupo estudado.

É verdade que não existem receitas e fórmulas para a promoção do desenvolvimento, entretanto, existem caminhos e medidas que incentivam e promovem o desenvolvimento.

O principal desafio deste estudo foi investigar a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social (confiança, cooperação e participação) entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG “DOS COSTAS”, e ainda em encontrar uma possível relação de contribuição do ativo (capital social) aos atual estágio de desenvolvimento do grupo.

A normativa da certificação *Fairtrade* estabelece critérios para orientar a implementação de práticas de manejo sustentáveis, pautadas nos pilares econômico, social e ambiental. O *Fairtrade* incentiva ainda o compromisso dos produtores com os princípios do comércio justo; basicamente, esses princípios visam negociações mais justas, e o respeito ao meio ambiente e aos seres humanos. De acordo com a Coordenadoria Latino Americana e Caribenha do Comércio Justo (CLAC), são dez princípios, que têm como objetivo a promoção do desenvolvimento sustentável entre os produtores e suas comunidades. São eles:

- 1 - Criar oportunidades para pequenos produtores em desvantagem econômica e social, organizados democraticamente.
- 2 - Estabelecer e manter relações comerciais solidárias, estáveis e à longo prazo, baseadas no diálogo e no respeito entre produtores, compradores e consumidores.
- 3 - Pagar um preço justo (combinado entre os atores de maneira dialogada, responsável e participativa, que cubra os custos de produção, uma remuneração digna do trabalho e possa ser sustentado pelo mercado) às organizações de produtores e aos produtores; uma prima social (para investimentos comunitários) e um pré-financiamento (mínimo 50% do valor do pedido final) para garantir a sustentabilidade do negócio.
- 4 - A manutenção dos seres humanos no centro do relacionamento, ao invés da maximização dos lucros.
- 5 - A rejeição rotunda à exploração infantil e ao trabalho forçado.
- 6 - A não discriminação por motivo de raça, classe, nacionalidade, religião, deficiência, gênero, orientação sexual, afiliação sindical, afiliação política, HIV/AIDS, idade ou de qualquer outra índole.
- 7 - Garantir a liberdade de associação e um ambiente de trabalho seguro e saudável para os empregados e/ou membros, assim como condições de trabalho dignas.
- 8 - Dignificar o trabalho. Fomentar o desenvolvimento das capacidades e as habilidades, sobre tudo, dos mais desfavorecidos e mais vulneráveis: jovens, mulheres, idosos, deficientes, entre outros grupos marginados.
- 9 - Os atores envolvidos nas relações de comércio justo devem promover ativamente os princípios e valores do comércio justo tanto a nível local como continental e internacional.
- 10 - O comércio justo deve praticar e defender a sustentabilidade ambiental em todos os níveis da cadeia comercial (CLAC, 2019).

Os princípios citados acima reforçam a influência do comércio justo no empoderamento dos produtores e promoção do desenvolvimento local. Assim, nesta pesquisa buscou-se evidências concretas da existência e configuração dos três principais componentes indispensáveis à existência e desenvolvimento do capital social.

4.1.2 Confiança

Componente fundamental à existência do capital social, a confiança solidifica as relações entre os atores que partilham objetivos em comum (PUTNAM, 1996; ROMANIELLO, 2009). A confiança facilita e mesmo possibilita a cooperação e a participação dos atores sociais envolvidos, o que pode estar relacionado ao atual estágio de desenvolvimento do grupo estudado.

Assim, quanto maior a confiança maior é a existência de cooperação (ajuda mútua entre os atores), e participação social nas decisões que dizem respeito ao grupo. Desse modo a confiança interpessoal e a confiança nas instituições sociais e políticas são as principais facilitadoras de ações coletivas em torno de metas comuns, como afirma Baquero (2000).

A confiança entre os cafeicultores *Fairtrade* da região de Boa Esperança - MG foi evidenciada, tanto pelas normas, condutas e valores compartilhados pelo grupo, quanto pela estrutura organizacional da cooperativa DOS COSTAS, que, através de uma gestão aberta e transparente, incentiva a confiança entre os cafeicultores e entre cafeicultores e instituição.

A organização se mostrou aberta ao diálogo, e os cooperados têm total autonomia para participar das decisões relacionadas ao grupo. Foi evidenciado que a confiança entre os cafeicultores solidificou o capital social e proporcionou a sustentação de normas, condutas e valores que predisõem os cafeicultores para cooperar por meio da estrutura organizacional da cooperativa. Isso, conseqüentemente, contribuiu para o desenvolvimento e para a construção de benefícios coletivos entre os atores.

O relato do Presidente da cooperativa aponta que esses cafeicultores são bastante unidos e confiam uns nos outros.

O grupo é bastante unido tem sempre aqueles 'mais ariscos', mas no geral os cafeicultores confiam uns nos outros e na organização. Por exemplo, quando há algum problema de caixa, os próprios produtores emprestam café ou dinheiro à organização. O Fairtrade estimulou esta confiança entre os membros, se não fosse a certificação Fairtrade, talvez o grupo não existiria atualmente.

A afirmação do Presidente reforça a existência de uma forte confiança entre cooperados e a organização. A prestação de contas referente ao ano de 2017 evidencia que a organização não passa por dificuldades financeiras, o “problema de caixa” citado está relacionado a uma ou outra venda efetuada com recebimentos futuros ou alocação de recursos para compra de equipamentos para a organização (exemplo: estrutura de torrefação própria). O entrevistado esclarece que os cooperados estão dispostos a ajudar e confiam na solidez da organização e na capacidade dela em honrar os compromissos assumidos.

O fato é que o comportamento dos indivíduos não é movido apenas por interesses econômicos, como afirma Olson (1999). Os laços sociais constituídos durante a trajetória do grupo de cafeicultores enquanto associação e, posteriormente, como cooperativa reforçam a confiança e o capital social existente. Nessa visão, os laços pessoais e as redes de relacionamento entre os cafeicultores podem explicar o processo de desenvolvimento local.

A gestão participativa estimulada pelo *Fairtrade* possibilitou a aproximação entre os cafeicultores e a organização, criando e fortalecendo elos entre cafeicultores, e entre cafeicultores e organização. A Diretora Administrativa aponta essa adesão como positiva para o fortalecimento dessa confiança.

A entrada da cooperativa e adesão dos cafeicultores ao movimento do comércio justo fortaleceu os cafeicultores (as) enquanto grupo, porque como todos cresceram, eles verificaram a importância de pertencer a esse movimento.

A Diretora Administrativa relata a existência de benefícios que ultrapassam a “porteira” e o individualismo. Como toda estrutura cooperativa, a organização possui cooperados extremamente atuantes e cooperados que se interessam apenas pelos mecanismos de comercialização e a facilidade de venda ao estar com o grupo.

Para Olson (1999) são considerados “benefícios indivisíveis” aqueles que uma vez consumidos por um grupo não podem ser negados a uma pessoa desse grupo. Assim, a decisão do indivíduo sobre se irá ou não contribuir para a obtenção do benefício coletivo depende se os custos da ação forem inferiores aos benefícios alcançados.

Ser um cafeicultor *Fairtrade*, e fazer parte do sistema *Fairtrade* pode ser considerado o principal benefício coletivo do grupo. As exigências e os critérios da certificação *Fairtrade* (os custos) são menores que os benefícios, mantendo o grupo atuante na certificação *Fairtrade*. O cafeicultor entrevistado nº 1 chegou a afirmar que mais de 100 cafeicultores aguardam a abertura da cooperativa para a entrada de novos associados.

O cafeicultor entrevistado nº 1 expressou a existência de uma sólida confiança entre cafeicultores e cooperativa destacando sua experiência de vida enquanto diretor por um mandato de outra cooperativa com sede em Boa Esperança – MG.

Eu confio muito em meus companheiros “cafeicultores” e na atual gestão da cooperativa. Posso dizer que a existe uma grande confiança entre os cafeicultores associados, e que a entrada para a certificação Fairtrade teve papel fundamental no fortalecimento dessa confiança. Falo com propriedade, pois fui Diretor de uma grande cooperativa em Boa Esperança MG, e fazendo uma comparação entre as duas organizações, os laços de confiança entre os cafeicultores associados e a Cooperativa “DOS COSTAS” são sólidos e estruturados, diferente da cooperativa na qual fui Diretor.

Boa Esperança - MG é a sede de outra cooperativa de cafeicultores que segue a linha de atuação da maioria das cooperativas de cafeicultores brasileiros; gestão empresarial, unidades em outros municípios, venda de insumos e benefícios relacionados à assistência técnica, armazenamento e comercialização. O cafeicultor entrevistado nº 1 contou que foi Diretor dessa cooperativa “convencional” por um mandato, e que a ligação dos produtores com a organização fica centrada no simples armazenamento e na comercialização. Segundo ele, os laços de confiança, cooperação, bem como a participação dos cooperados nas decisões relacionadas ao grupo de cafeicultores *Fairtrade* são fortes, e a entrada para o *Fairtrade* foi fundamental para esse fortalecimento.

O cafeicultor entrevistado nº 2 reforça essa confiança entre os cafeicultores, relatando sua experiência como Diretor Administrativo da cooperativa “DOS COSTAS” por um mandato.

Estou com o grupo desde o início, quando éramos ainda uma associação. Temos uma boa confiança entre cafeicultores e organização; sou também um dos pioneiros na produção orgânica. Se não fosse o Fairtrade, acho que não chegaríamos ao que somos hoje.

Ficou evidente, pelas observações de campo e pelos relatos durante os roteiros de entrevista (como o relato do entrevistado nº 2), que a confiança alcançada por esse grupo foi produto de longo prazo, com início na pré-formação da Associação Comunitária “Dos Costas”, a construção dos princípios do associativismo, o compromisso coletivo e as interações extrafamiliares.

A Associação Comunitária “Dos Costas” foi criada com o objetivo de criar oportunidades aos pequenos cafeicultores de Boa Esperança - MG. Ao perceber o avanço da cafeicultura mediante a formação de grandes lavouras e a mecanização da atividade cafeeira

entre os grandes produtores de café, o grupo percebeu que deveria se unir e trabalhar em conjunto em busca de acesso a mercados, compras compartilhadas e alternativas de financiamento para a permanecerem na atividade cafeeira.

Um marco no fortalecimento do grupo foi a adesão à certificação e ao movimento *Fairtrade*. A gestão democrática e participativa incentivou o comportamento associativo e o engajamento em ações coletivas, o que proporcionou melhor organização dos cafeicultores para solucionar os problemas comuns. A cafeeira entrevistada nº 6 relata o comportamento cooperativo dos cafeicultores.

Por ser uma cooperativa menor somos uma família, a gente conversa se ajuda e se entende. Digo que o Fairtrade nos ensinou a cooperar.

A cooperativa tem incentivado a produção orgânica, como alternativa de mercado e redução do uso de agrotóxicos. Com a crescente demanda pelo café orgânico, alguns produtores têm migrado para esse sistema de produção, o fato é que o interesse em fornecer um produto diferenciado tem permitido que esses produtores aprendam novas técnicas de manejo, diminuindo a histórica dependência por insumos químicos externos, que antes eram considerados indispensáveis à produção cafeeira.

A observação não participante evidenciou a confiança dos cafeicultores no trabalho da cooperativa, por se tratar de um novo modelo de produção, a maioria dos produtores tem começado a trabalhar com orgânicos por confiar na seriedade e suporte da organização. Esse suporte está relacionado a uma assistência técnica de qualidade, com visitas periódicas às propriedades, a um apoio e incentivo financeiro durante o período de transição para a produção orgânica (tendo em vista a dificuldade em iniciar a cafeicultura orgânica), e ao apoio na comercialização da produção, oferecendo preços diferenciados ao café orgânico.

O grupo se mostra preocupado com a conservação ambiental e tem trabalhado em diferentes âmbitos. Como parte das exigências da certificação *Fairtrade*, a organização de produtores deve investir o “prêmio *Fairtrade*”, parte do valor recebido pelo produto certificado em benefícios de impacto social.

O chamado prêmio pago pelo produto certificado *Fairtrade* é um valor fixo que deve ser pago separadamente do valor de compra do produto. Por exemplo, em vendas internacionais, se o café é vendido por USD\$1,35 por libra peso, o comprador deve pagar além dos USD\$1,35 um valor de USD\$0,20 por libra peso referente ao valor do prêmio. Assim, se uma cooperativa recebe USD\$57143,66 pela venda de 320 sacas de café, a mesma cooperativa recebe USD\$8467,57 referente ao prêmio pago pelo café certificado *Fairtrade*,

que deve ser devolvido aos cooperados e comunidade, revertidos em projetos de impacto socioambiental e melhoria de qualidade da produção (CLAC, 2016).

O prêmio *Fairtrade* pago à cooperativa “DOS COSTAS” financia projetos de melhoria da qualidade do café produzido, preservação e renovação de vegetação em áreas com nascentes, reflorestamento de áreas degradadas, erradicação de fossas negras, doação de mudas nativas e frutíferas e cuidados com o solo.

A confiança foi relatada por todos os entrevistados; confiança nos associados, confiança nos cafeicultores vizinhos, confiança no grupo em geral e confiança na cooperativa, foram respostas que se cruzaram durante a aplicação dos questionários. A observação não participante permitiu ao pesquisador identificar a existência dessa confiança entre o grupo investigado.

O acesso de uma pessoa a um sistema associativo/cooperativo pode ser um mecanismo de inserção que o torna parte do processo de desenvolvimento local. Romaniello (2009) afirma que a sua capacidade de articulação e de influência dependerá, contudo, da forma como interage com os demais cooperados. Segundo ele, a interação, a confiança, a definição de objetivos comuns e a estruturação da rede social, são questões fundamentais para compreender o processo cooperativista e a importância relativa do capital social para o desenvolvimento do local onde ocorre.

Ficou evidenciado que a filosofia *Fairtrade* e a gestão participativa incentivada pelo sistema contribuíram para o fortalecimento da confiança, para a definição de metas e objetivos comuns; e ainda para a estruturação da rede social. O cooperativismo e os critérios exigidos pela certificação *Fairtrade* atuam como um indutor do trabalho colaborativo, que por sua vez fortalece a confiança entre cafeicultores e entre cafeicultores e organização. Assim foi evidenciado que o cooperativismo e os princípios/critérios da certificação *Fairtrade* apresentaram grande contribuição para o aumento do capital social entre os cafeicultores, contribuindo assim com o desenvolvimento local.

4.1.3 Cooperação

A ajuda mútua entre os atores, também definida como cooperação é apresentada por Coleman (1990, p. 108) “como a capacidade dos indivíduos de trabalhar por um bem comum”. Serafim et al. (2012) e Silva e Candido (2009) afirmam que não existe uma definição única e objetiva a respeito do capital social, entretanto, existe um consenso sobre sua importância como fator influente nas diversas sociedades locais, e pela convergência de

fatores como cooperação e ajuda mútua. Assim, a cooperação é capaz de proporcionar uma coordenação de esforços coletivos rumo à obtenção de objetivos em comum.

O trabalho em equipe que teve início em 2005, com apenas 49 cafeicultores unidos na Associação Comunitária “Dos Costas”, e a adesão do grupo ao movimento *Fairtrade* resultaram em frutos duradouros.

A cooperativa “DOS COSTAS” exporta, atualmente, a maior parte da produção de seus cooperados, realizando exportações diretas. Os cafés certificados *Fairtrade* são vendidos para compradores que atuam nesse mercado específico; outro diferencial é o café orgânico, podendo ser vendido como café *Fairtrade* orgânico, ou apenas café orgânico. O fato é que o valor agregado pela comercialização dos cafés *Fairtrade* produzidos na região de Boa Esperança - MG tem retornado a esses cafeicultores, estimulando a economia local.

A cooperação baseada na confiança corrobora com os estudos de Romaniello (2009), que afirma que confiança é um componente básico do capital social, pois promove a cooperação. Uma comunidade com alto nível de confiança está mais propensa a desenvolver o trabalho cooperativo; ao mesmo tempo, a própria cooperação gera confiança e, conseqüentemente, o desenvolvimento e a prosperidade econômica para a cafeicultura nas regiões com alto estoque de capital social.

Um empreendimento que merece destaque é a iniciativa da Cafeteria Xícara da Silva que se tornou um ponto de encontro nas tardes da cidade, onde são servidos os cafés especiais produzidos por cafeicultores associados à cooperativa. A cooperativa “DOS COSTAS” incentiva e valoriza o trabalho feminino e possui um café que é produzido apenas por mulheres (o café Xícara da Silva); já com a realização dos cursos de culinária, as associadas têm a opção de produzir doces, bolos, tortas, geleias para que sejam comercializados na cafeteria da organização.

Ficou evidenciado, mediante a observação não participante, que o trabalho colaborativo entre os cafeicultores rompe com as funções básicas da organização como armazenamento, comercialização e assistência técnica. O incentivo ao trabalho feminino e a comercialização dos alimentos produzidos pelas cooperadas na Cafeteria demonstram a reciprocidade do trabalho coletivo e a valorização das cooperadas e cooperados. Confiança e cooperação são evidências do capital social entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à cooperativa “DOS COSTAS”.

A cooperativa ainda comercializa o café dos associados (torrado e moído) nas versões: Xícara da Silva (café feminino), Café Sustentável 5588 Gourmet dose única, Café Sustentável 5588 Gourmet em cápsulas, Café Sustentável 5588 Gourmet em grãos, Café Sustentável 5588

Gourmet torrado e moído, e Café Sustentável 5588 Gourmet Tradicional torrado e moído. Tais produtos são vendidos na cafeteria Xícara da Silva, no *site* da cooperativa, e em diferentes municípios.

A união dos cafeicultores na cooperativa “DOS COSTAS” fortaleceu a cooperação, e ofereceu benefícios econômicos e oportunidades de comercialização. Juntos, os cafeicultores, possuem maior poder de barganha frente ao mercado externo. Outra vantagem é o acesso ao mercado nacional com a comercialização dos cafés industrializados pela cooperativa; segundo o Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (CECAFÉ, 2019), em 2017 o consumo interno brasileiro foi de 20,5 milhões de sacas. O Diretor Financeiro destaca a importância do trabalho cooperativo.

A união dos cafeicultores na cooperativa “DOS COSTAS” e a entrada na certificação Fairtrade estimularam a cooperação entre os membros. Antes do Fairtrade cada um lutava sozinho, sem informações sobre preços de insumos, monitoramento das lavouras.

Já o município de Boa Esperança é reconhecido oficialmente dentro do sistema *Fairtrade*, pelo Comitê Internacional de Cidades do Comércio Justo como Cidade do Comércio Justo, desde setembro de 2017. Entretanto, para que esse reconhecimento fosse alcançado, a cooperativa, junto às gestoras de fortalecimento da CLAC, e o município têm trabalhado desde 2015, no cumprimento de critérios que levaram a esse reconhecimento.

Os critérios estabelecidos pelo Comitê Intencional de Cidades do Comércio Justo são: possuir uma declaração do município manifestando o interesse em fazer parte da campanha; possuir e incentivar o comércio de produtos *Fairtrade* no município; a realização de eventos educativos sobre o comércio justo; possuir um grupo de trabalho para promoção do *Fairtrade* a nível local, e o consumo dos produtos *Fairtrade* em instituições públicas e privadas locais.

Crianças do município de Boa Esperança são convidadas a visitar as instalações da cooperativa e a participar da degustação de cafés, aprimorando o interesse e o conhecimento dessas crianças sobre o consumo de cafés de qualidade, e como esses cafés são produzidos. A visita é realizada anualmente e as crianças aprendem sobre a história e as nuances do produto “café”, bem como sobre a diferenciação entre um produto de qualidade e os resíduos que costumam ser vendidos em algumas prateleiras.

A questão ambiental foi o ponto em que todos os entrevistados (Presidente, Diretores e Associados) tiveram grande interesse em relatar mudanças e benefícios. Através dos roteiros de entrevista, observação não participante e análise documental, evidenciou-se uma responsabilidade ambiental por parte dos associados, que foi e é incentivada pela certificação

Fairtrade. Ao perguntar sobre as melhorias e conservação ambiental, a Diretora Administrativa afirma que esse é um dos grandes ganhos do trabalho da cooperativa.

Gostamos de citar dois casos de atos simples, mas exemplares: 1- Um produtor relatou que não sabia mais chupar bala na rua porque não sabia o que fazer com a embalagem, pois não há lixos pela cidade. Acabo pondo tudo dentro do bolso para por no lixo em casa. 2. Se não fosse essa tal de “FERTREIS” isso aqui teria virado um mar de plástico. Saindo do anedótico, podemos dizer que foi implantada uma consciência ambiental, que nos deixa satisfeitos pelos resultados práticos.

Observando os resultados da pesquisa e a afirmação da Diretora Administrativa, é possível afirmar que o a trajetória do grupo de cafeicultores ligados à cooperativa “DOS COSTAS” se aproxima do desenvolvimento proposto por Buarque (1999). Segundo Buarque (1999), para ser local o ‘desenvolvimento’ deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

O trabalho dos cafeicultores e da cooperativa contribui com a dinamização da economia local, através do consumo de bens e serviços na região de Boa Esperança - MG, distribuindo empregos e renda na região. A cooperativa ainda se mostra bastante preocupada com a saúde e o bem-estar social de seus cooperados e com a conservação dos recursos naturais.

Realizado pela cooperativa, o projeto Saúde no Campo conta com uma enfermeira que visita periodicamente os produtores oferecendo serviços e orientações que visam à saúde da família, trabalhando para que os próprios cafeicultores voltem maior atenção para sua própria saúde e bem-estar. O projeto atua na triagem das famílias, avaliação da segurança no trabalho e a avaliação do saneamento básico rural (água e esgoto domésticos); além da realização de exames médicos como forma de auferir a existência de químicos nocivos à saúde no organismo desses produtores (COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CAFÉS ESPECIAIS DE BOA ESPERANÇA MG - DOS COSTAS, 2018a).

Durante as visitas agrônômicas os técnicos realizam a sondagem das condições laborais das máquinas e equipamentos agrícolas, orientando os produtores sobre os perigos dos equipamentos e os reparos necessários para que o trabalho no campo seja realizado com segurança.

Até o ano de 2016, 98% do esgoto doméstico rural era destinado a fossas negras. Segundo a cooperativa, dentre 117 amostras de água colhidas, 82 % apresentaram pelo menos um tipo de contaminação (Bactéria heterotrófica, Coliformes Totais, Coliformes Termo

resistentes, *Escherichia Coli*). A cooperativa “DOS COSTAS”, implantou no ano de 2017, sessenta fossas sépticas (equivalente a 25% do total de moradores rurais) e almeja que até ano de 2020, 100% das propriedades estejam com a água e o esgoto tratado por aparelho clorador de água e fossa séptica (DOS COSTAS, 2018b).

Como organização certificada, a cooperativa passa, anualmente, por uma auditoria realizada pela FLO CERT (certificadora responsável pela certificação *Fairtrade*), nesse momento, o auditor fiscaliza o cumprimento de uma série de requisitos relacionados a questões ambientais, sociais, econômicas e de gestão. O não cumprimento dos requisitos por parte da organização ou por parte dos produtores pode ser considerado uma não conformidade. As não conformidades recebidas podem levar o produtor, e até mesmo a organização, a exclusão da certificação *Fairtrade* (DOS COSTAS, 2018a).

São questões como: o cumprimento das normas trabalhistas e ambientais do país, rastreabilidade da produção, execução de projetos de preservação ambiental, preservação de nascentes, a manutenção da coleta e reciclagem do lixo, a redução do uso de agrotóxicos e trabalhos de preservação à saúde dos cafeicultores (FLO, 2014; FLOCERT, 2018). Os produtores e a Cooperativa “DOS COSTAS” têm cumprido com êxito os critérios exigidos pela certificação.

Um documento importante é a lista de produtos perigosos utilizada pela FLO, que dever ser cumprida como requisito para a manutenção da certificação. São ao todo 353 produtos químicos que são divididos nas categorias: Lista Vermelha (Uso Proibido), Lista Laranja (Uso Restrito) e Lista Amarela (Lista marcada). São 207 produtos descritos na lista vermelha que são proibidos pela certificação *Fairtrade* por serem altamente perigosos à saúde humana e ao meio ambiente; já os 39 produtos descritos na lista laranja só podem ser utilizados mediante prescrição técnica, com cautela em situações extremas de infestações e doenças, os produtos da lista laranja possuem um plano de erradicação de sua utilização pela *Fairtrade* Internacional; os 110 produtos descritos na lista amarela só podem ser utilizados mediante prescrição técnica, com cautela e são considerados perigosos pela *Fairtrade* Internacional (DOS COSTAS, 2018a).

O cafeicultor entrevistado nº 5 relata que organização e cafeicultores procuram caminhar juntos, pois acreditam na reciprocidade e ajuda mútua entre os atores.

Quando um produtor tem um problema como a queda de produção devido à seca e fica descapitalizado, a cooperativa possui um fundo para ajudar esse produtor. A taxa de juros é baixa e o cafeicultor tem um apoio de até cinco anos para se recuperar financeiramente.

O apoio oferecido pela organização aos produtores que por ventura venham a passar por adversidades climáticas e financeiras evidencia a cooperação recíproca que solidifica o capital social. A afirmação do cafeicultor entrevistado nº 5 é a mostra de que cooperativa e cafeicultores estão dispostos a trabalhar em benefício do grupo.

Nota-se que quando os membros do grupo trabalham em conjunto, os integrantes do grupo valorizam o trabalho e as práticas são bem-sucedidas, o que cria laços de confiança e cooperação ao longo do tempo. Essa confiança pode permitir que o grupo dê passos audaciosos e se torne protagonista de sua própria história. Simplesmente porque as pessoas sabem que podem contar umas com as outras.

Os dados da pesquisa evidenciaram que cafeicultores e cooperativa trabalham em conjunto, pautados por princípios como solidariedade e ajuda mútua. É importante ressaltar que a cooperação entre os cafeicultores *Fairtrade* está diretamente relacionada ao desenvolvimento do capital social, contribuindo também para construção de benefícios coletivos e melhoria na qualidade de vida e renda dos cafeicultores associados à cooperativa “DOS COSTAS”.

4.1.4 Participação

Para Oliveira (2001) a participação social é uma dimensão substantiva do desenvolvimento local. Desse modo, a participação proporciona o engajamento dos cidadãos nas associações voluntárias e na vida cívica, potencializando a elevação do capital social e ainda ampliando benefícios sociais e materiais aos cafeicultores.

A entrevista em profundidade (intencional e por conveniência) relatou a participação formal, através da presença ativa de parte desses cafeicultores nas Assembleias Gerais Ordinárias (anualmente, conforme exige o estatuto) e Assembleias Gerais Extraordinárias (mediante a necessidade da organização e dos cooperados); também foi relatada a participação informal, através do contato entre os cafeicultores e a organização.

Segundo Bordenave (1992), como nenhum homem é uma ilha, “fazer parte”, “ter parte”, “tomar parte”, ou seja, participar é uma necessidade fundamental do ser humano. Entretanto, é importante destacar a diferença entre a participação passiva e ativa, o que difere o cidadão inerte do cidadão engajado. Uma participação social ativa é aquela em que os indivíduos tomam parte nas decisões, bem como na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa. Como é o caso do ambiente cooperativo.

No dia a dia, durante consultas agronômicas, comercialização do café armazenado, busca dos materiais de colheita, consulta sobre a classificação dos cafés depositados, consultas sobre o estoque de cafés depositados, por exemplo; ocorre uma importante interação entre diretoria, colaboradores da cooperativa e cafeicultores, momento em que os cooperados apresentam reivindicações, críticas, sugestões, problemas e elogios.

A participação foi também evidenciada mediante a observação não participante. O pesquisador esteve presente em uma das reuniões de produtores, organizada pelo departamento agronômico da cooperativa. Os participantes discutiram ativamente sobre questões relacionadas à produção e produtividade, transição para a agricultura orgânica, comercialização dos cafés produzidos, apoio da organização aos cafeicultores associados e auditoria na produção orgânica. Tais cafeicultores se mostraram à vontade para expressar seus questionamentos, opiniões, demandas e preocupações. É possível afirmar que esses cafeicultores se identificam com a organização, e se sentem parte dela.

A participação está relacionada à existência do capital social. Romaniello (2009) relaciona participação social, confiança e solidariedade, uma vez que, como principais indicadores da existência de capital social a confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e gera cooperação entre as pessoas. Já a cooperação alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros do grupo e incrementa a participação social.

A participação e a consciência política foram evidenciadas pelo Presidente e pelos dois Diretores entrevistados. A Diretora Administrativa explana essa consciência em sua fala sobre o senso de cidadania dos cafeicultores.

Nota-se a discussões sobre problemas relacionados a educação, saúde, estradas, lixo, política nacional, atividade do prefeito, secretariado, vereadores, nos pequenos grupos que se formam na cooperativa. Podemos informar que os cafeicultores participam das discussões na Prefeitura, na Câmara, no Fórum, ou nas regiões onde moram quando se trata de assuntos de interesse de suas comunidades.

Para Oliveira (2001) o debate sobre o desenvolvimento local está diretamente ligado à concepção de cidadania. Ao passo que o sujeito não é mais particular, e sim coletivo o que inclui a garantia dos direitos civis, políticos, sociais e mesmo ambientais. Essa capacidade de participação da cidadania nas decisões locais é uma dimensão substantiva do desenvolvimento local.

A virtude cívica definida por Putnam (1996), como pertencimento social e participação dos cidadãos na decisão do local, é a base fundamental para um grupo ou

comunidade trabalhar em prol de interesses em comum. Putnam (1996) ressalta que quando há falta de virtude cívica os “cidadãos buscam interesses próprios e particulares”. Desse modo, o civismo explicaria porque umas comunidades estavam mais aptas que as outras para gerir a vida coletiva e manter suas instituições eficazes.

Os relatos apresentados durante as entrevistas apontam o envolvimento dos cafeicultores nas decisões relacionadas ao grupo, e o reconhecimento de que um grupo participativo decide junto seu próprio caminho, como aponta o cafeicultor entrevistado nº 3.

Participa. Assembleia é pra isso, é a hora de ajudar a decidir o que será feito. Tem a assembleia para decidir sobre o uso do prêmio pago pelo Fairtrade, nessa decidimos o que retorna em benefícios a nós cafeicultores.

A assembleia para decidir sobre o uso do prêmio pago pelo *Fairtrade* é a assembleia onde deve ser votado o Plano de Desenvolvimento do Comércio Justo (PDCJ). Esse plano é realizado a cada ano, e deve conter o planejamento da organização com projetos específicos voltados para melhoria da qualidade do café produzido, despesas administrativas da organização, capacitação dos produtores, fortalecimento da organização, seguro de safra, projetos de conservação ambiental e benefício social. O Plano de Desenvolvimento do Comércio Justo (PDCJ) deve ser executado pela organização mediante a aprovação em assembleia.

Assim como a confiança e a cooperação, a participação foi evidenciada através das respostas durante as entrevistas e mediante a observação não participante. Os cafeicultores *Fairtrade* associados à cooperativa “DOS COSTAS”, se mostraram bastante envolvidos com as decisões relacionadas à organização e ao grupo de cafeicultores. Além da prestação de serviços como armazenamento, comercialização e assistência técnica, a cooperativa “DOS COSTAS” atua como um ambiente coletivo, onde os cafeicultores podem contribuir com a gestão da organização e tomar decisões relacionadas ao futuro do grupo.

Evidenciou-se que a confiança gerou a cooperação entre os membros da cooperativa, a abertura de mecanismos participativos, e o interesse dos cooperados em participar. A confiança dos cafeicultores nos gestores e nos membros da cooperativa também foi responsável pela potencialização da cooperação e desencadeou componentes participativos. O estudo evidenciou também a ligação direta entre o capital social e a participação dos cooperados por meio de questões coletivas, ou seja, em torno do “bem comum”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio justo é o movimento socioeconômico internacional que usa as relações comerciais para promover padrões produtivos de consumo e comercialização, pautados por princípios éticos e responsáveis. O movimento busca ainda contribuir para o desenvolvimento dos produtores e de suas comunidades. O mecanismo de certificação *Fairtrade* é dotado de princípios e critérios que buscam assegurar que toda a cadeia (produção, comercialização e consumo) observe os princípios e normas ligados à preservação ambiental, igualdade social e melhor distribuição de renda e riqueza (FLO, 2014; FLOCERT, 2018).

A metodologia utilizada possibilitou a ampliação da diversidade de olhares sobre os atores sociais envolvidos, desempenhando diferentes ações, o que proporcionou a coleta e análise dos dados, a compreensão da realidade social implícita, a identificação do capital social entre os cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”; e ainda o desenvolvimento do capital social incentivado pelos princípios e normas da certificação *Fairtrade*.

Os métodos qualitativos se demonstraram adequados e eficientes para extrair dados do estudo sobre a influência do *Fairtrade* no desenvolvimento do capital social, identificado neste estudo como ativo potencializador do desenvolvimento local. Os roteiros de entrevista (intencionais e por conveniência) foram apropriados para se obter uma visão em profundidade dos temas da pesquisa, o que, de outra forma, não seria possível. A análise documental permitiu a inserção dos pesquisadores nos dados e fatos históricos dos cafeicultores, oferecendo dados e relatos que não foram coletados durante os roteiros de entrevista. Por ser extremamente apropriada ao estudo de condutas mais manifestas na vida social, a observação não participante foi fundamental para identificar a existência do capital social entre os cafeicultores *Fairtrade*.

A análise documental e as entrevistas em profundidade evidenciaram a existência do capital social antes da adesão ao movimento e obtenção da certificação *Fairtrade*. O histórico associativo dos 49 cafeicultores que constituíram, em 2005, a Associação Comunitária “Dos Costas”, relatam a existência de confiança, cooperação e participação entre os cafeicultores. Já a obtenção da certificação *Fairtrade*, em 2008, a alteração de natureza jurídica de associação, constituindo a Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança – DOS COSTAS, e o fortalecimento do grupo mediante ao trabalho colaborativo, demonstrou o fortalecimento do capital social (confiança, cooperação e participação) entre os cafeicultores associados à cooperativa.

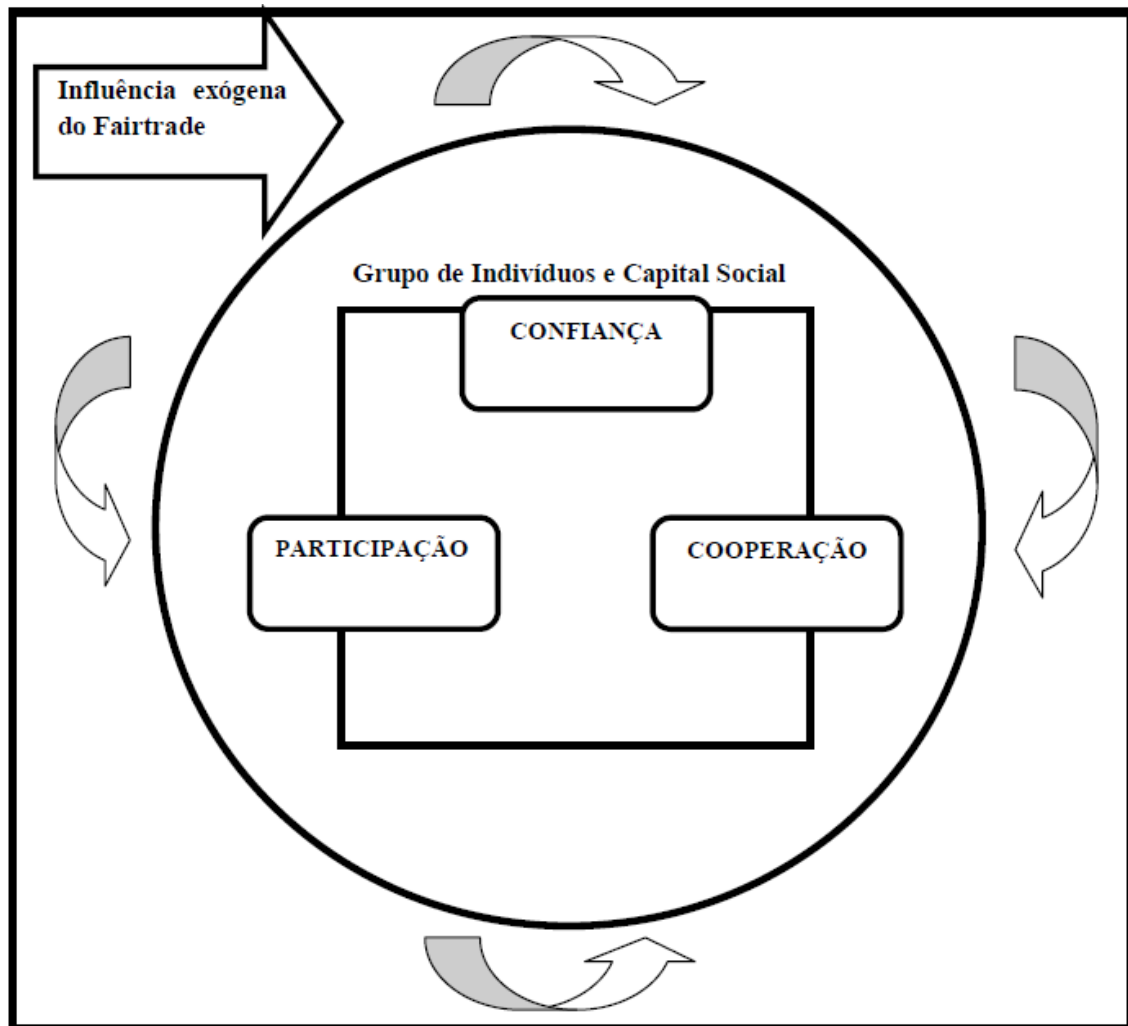
Entretanto, quando um grupo de produtores (associação ou cooperativa) inicia o processo para a obtenção da certificação *Fairtrade*, organização e produtores são apresentados a uma série de normas e critérios que modificam a estrutura organizacional da cooperativa e mesmo dos produtores. Os critérios e as normas da certificação e o contato com essa nova estrutura comercial passam a acompanhar e a influenciar as ações dos produtores certificados *Fairtrade* (FLO, 2014; FLOCERT, 2018).

A estrutura normativa da certificação *Fairtrade* é dividida em quatro grandes eixos (capítulos) que abrangem as 196 páginas de critérios exigidos pela certificação (FLO, 2014; FLOCERT, 2018). Vale ressaltar que, a partir do momento que uma organização de produtores se torna certificada, os critérios e as exigências da certificação *Fairtrade* são aumentados, partindo do ano 0 (zero) até o ano 06 (seis). Essas exigências visam ao desenvolvimento da Organização Certificada e dos Produtores, após os anos 03 e 06, a normativa visa à manutenção e ao cumprimento dos critérios *Fairtrade*.

O eixo 01 está relacionado aos requisitos gerais da certificação *Fairtrade* e definição de pequenos produtores segundo a normativa da certificação; o eixo 02 está relacionado ao comércio à rastreabilidade do produto certificado; eixo 03 está relacionado aos critérios de produção, saúde e segurança do trabalho; e por fim o eixo 04 está relacionado aos negócios e ao desenvolvimento, e visa uma gestão democrática, participativa e transparente.

Pautados por princípios éticos, sociais e ambientais, os critérios da certificação *Fairtrade* apresentam elevado potencial de contribuição com o desenvolvimento dos produtores *Fairtrade*, bem como de suas organizações. Em especial o eixo 04, que versa sobre negócios e desenvolvimento, e incentiva que as organizações de produtores possuam uma gestão participativa, e estimulem o trabalho coletivo, e a participação dos produtores nas decisões do grupo. Assim, as relações de cooperação, confiança e participação podem ser construídas e fortalecidas pelo grupo. O esquema a seguir busca elucidar a relação entre as influências do *Fairtrade* e o capital social existente entre os atores:

Figura 1 - Influência exógena da certificação *Fairtrade* e desenvolvimento do Capital Social.



Fonte: Do autor (2019).

Com base neste estudo, constatou-se que os princípios e critérios exigidos pela certificação *Fairtrade* contribuíram para o desenvolvimento dos cafeicultores *Fairtrade* associados à Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança - MG –“DOS COSTAS”. Mais ainda, que os princípios e critérios exigidos pela certificação *Fairtrade*, a filosofia *Fairtrade* e a gestão participativa incentivada pelo sistema contribuíram para o desenvolvimento do capital social por meio de um recurso coletivo.

Assim, atitudes de confiança, por meio de condutas de cooperação e participação ativa dos cafeicultores, contribuíram para o desenvolvimento social e a prosperidade econômica dos cafeicultores *Fairtrade*, e mesmo da região de Boa Esperança - MG. É o capital social como ativo potencializador do desenvolvimento local.

A metodologia utilizada permite inferir que o grupo teve melhorias significativas na qualidade de vida, aumento da renda, produção e produtividade, e a formação de uma

consciência socioambiental entre os cafeicultores. Desde a constituição da Associação Comunitária “Dos Costas”, em 2005, vários benefícios coletivos foram alcançados. Assim, o desenvolvimento do capital social, o cumprimento dos critérios exigidos pela certificação *Fairtrade*, e o empenho dos cafeicultores foram fundamentais para o desenvolvimento do grupo.

As limitações deste estudo estão em sua amplitude, tendo em vista que foram entrevistados apenas três gestores e seis cafeicultores, algo justificável por se tratar de um estudo exploratório. Seria interessante um cruzamento entre metodologias de base qualitativa e quantitativa, e a utilização do questionário *survey*, como forma de definir os níveis de confiança, cooperação e participação entre os atores investigados.

Por fim, acreditamos na riqueza deste referencial e na importância prática, para pesquisadores, gestores, Organizações de Produtores *Fairtrade*, produtores rurais e demais atores. A busca pelo desenvolvimento territorial, local e sustentável, é um caminho árduo e extenso; entretanto, pode ser o único caminho para a sobrevivência da espécie humana.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Brasília, DF, v. 28, n. 1/3, p. 1-21, jan./dez. 1998, jan./ago. 1999a.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 4., 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 1999b. 1 CD-ROM.
- ABRAMOVAY, R. A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável. In: FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, 2., 1998, São Luiz. **Anais...** São Luiz, 1998. 1 CD-ROM.
- ALENCAR, E.; GOMES, M. A. **Metodologia de pesquisa social e diagnóstico participativo**. Lavras: Ed. UFLA/FAEPE, 1998. 212 p.
- AMARAL FILHO, J. do. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Brasília, DF: IPEA, 2001. 26 p. (Planejamento e Políticas Públicas, 23).
- ÁVILA, V. F. de. **Cultura de sub/ desenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: Ed. UVA, 2006. 115 p.
- BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- BIANCHINI, V. **Políticas diferenciadas para a agricultura familiar: em busca do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: Ed. UnB, 2005. 168 p.
- BILERT, V. S. de S. et al. A contribuição do capital social para o desenvolvimento local sustentável. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR**, Cascavel, v. 11, n. 21, p. 29-42, 2011.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. 84 p.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 65-69.
- BREGAGNOLI, M.; MONTEIRO, A. V. C. (Org.). **Café nas montanhas: cafeicultura sustentável no Sul de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2013. 96 p.
- BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável: material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal**. Brasília, DF: IICA, 1999.
- COELHO, F. M. G. O café num outro retrato do Brasil rural: o lugar da agricultura familiar. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 26, p. 9-16, 2005. Edição especial.
- COLEMAN, J. S. **Foundations of social theory**. Cambridge: The Belknap Press, 1990.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira**: grãos, intenção de plantio, primeiro levantamento, maio 2016. Brasília, DF, 2016.

CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.cecafe.com.br/sobre-o-cape/consumo/>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CAFÉS ESPECIAIS DE BOA ESPERANÇA MG. **Caderno de campo**. Boa Esperança, 2018a.

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CAFÉS ESPECIAIS DE BOA ESPERANÇA MG. **Prestação de contas 2017**. Boa Esperança, 2018b.

COORDENADORA LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DE PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES DE COMÉRCIO JUSTO. Disponível em: <<http://clacomerciojusto.org/pt-br/>>. Acesso em: 9 jan. 2019.

COORDENADORA LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DE PEQUENOS PRODUTORES E TRABALHADORES DE COMÉRCIO JUSTO. **Série Mercado Comércio Justo, módulo II**. Merliot, 2016.

CURITIBA. Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **Agricultura familiar, desenvolvimento e o novosindicalismo**. Curitiba, 2002. 32 p.

DALLABRIDA, V. R. **Desenvolvimento regional**: por que umas regiões se desenvolvem e outras não? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. 212 p.

DALLABRIDA, V. R. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 88-109.

DALLABRIDA, V. R. Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de “concertación público-privada”. In: UNIVERSIDAD NACIONAL DEL LITORAL. **Documentos y aportes em administración pública y gestión estatal, año3, número 4**. Santa Fe, 2003. p. 61-94.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, Ijuí, ano 1, n. 2, p. 73-98, jul./dez. 2003.

DEMO, P. Pesquisa social. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 11-36, 2008.

DURSTON, J. ¿Qué es capital social comunitario? **Políticas Sociales**, Santiago de Chile, n. 38, p. 1-45, 2003.

FAIRTRADE INTERNATIONAL. **Documento explicativo para o critério do comércio justo Fairtrade para organizações de pequenos produtores**. Bonn, 2014.

FAIRTRADE INTERNATIONAL. **The fairtrade system**. Disponível em: <<https://www.fairtrade.net/about-fairtrade/fairtrade-system.html>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLOCERT. **Lista pública de critérios de conformidade**: organizações de pequenos produtores. Washington, 2018.

FRANÇA, C. L. de (Org.). **Comércio ético e solidário no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2003.

FUKUYAMA, F. **Confiança**: as virtudes sociais e a criação da prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOULART, M. S. B. A construção da mudança nas instituições sociais: a reforma psiquiátrica. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 1, n. 1, p. 1-19, jun. 2006.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. de C. S. (Coord.). **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF: INCRA/FAO, 2000. 76 p.

HOROTA, E. K. de O. **As relações qualitativas entre capital social e desenvolvimento em dois municípios gaúchos**. 2001. 89 f. Dissertação (Mestrado em Administração)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2006. 777 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação de Geografia. **A geografia do café**. Rio de Janeiro, 2016. 136 p.

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: IICA, 2001. 352 p.

LAFORGA, G. Economia solidária, agricultura familiar e comércio Justo: alinhando convergências, apresentando desafios. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOC, 29., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2005. p. 1-32.

MARTELETO, R. M.; SILVA, A. B. O. Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 41-49, 2004.

MARTINS, S. H. H. T. de. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 287-298, maio/ago. 2004.

MASCARENHAS, G. C. S. **O movimento do comércio justo e solidário no Brasil**: entre a solidariedade e o mercado. 2007. 387 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agrícola)- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.

MATTA, R. da. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

MONASTÉRIO, L. M. A retórica do capital social: uma análise da obra de Robert Putnam. In: BAQUERO, M.; CREMONESE, D. (Org.). **Capital social**: teoria e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 11-27.

NEVES, D. P. O associativismo e a imposição do agricultor solidário. In: CONGRESSO DE SOCIOLOGIA, 11., 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: SBS, 2003. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, F. **Aproximações ao enigma**: o que quer dizer desenvolvimento local? São Paulo: Pólis, 2001. 40 p.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PEDINI, S. **Fair Trade**: alternativa ao mercado convencional de café e processos de empoderamento de cafeicultores familiares. 2011. 174 p. Tese (Doutorado em Organizações, Gestão e Sociedade)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2011.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 210 p.

ROMANIELLO, M. M. **Capital social e accountability em organizações cafeeiras no sul do estado de Minas Gerais**. 2009. 128 p. Tese (Doutorado em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento)-Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2009.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília, DF: EMPRABA, 2002.

SERAFIM, M. C. et al. Capital social, confiança e solidariedade na comunidade da Costa da Lagoa. In: ENCONTRO ANPAD, 36., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EnAMPAD, 2012. 1 CD-ROM.

SILVA, O. A. C.; CÂNDIDO, G. A. A influência do capital social em projetos de desenvolvimento local: um estudo exploratório em duas comunidades rurais no município de Bananeiras-PB. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/405/270>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

TABOSA, F. J. S. et al. A importância do capital social e da solidariedade para o desenvolvimento local: um estudo de caso. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2004. v. 1, p. 1-8.

VALE, G. M. V.; AMÂNCIO, R.; LAURIA, M. C. P. Capital social e suas implicações para o estudo das organizações. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 13, n. 36, p. 45-63, 2006.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desarrollos recientes de la política regional: la experiencia europea. **Revista EURE**, Santiago de Chile, v. 22, n. 65, p. 101-114, 1996.

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS COM OS CAFEICULTORES FAIRTRADE

Roteiro da entrevista qualitativa

Componentes do capital social

Confiança

- 1) Na sua opinião, o que é confiança ?
- 2) Você confia mais nas pessoas que pertencem à cooperativa de que você participa?
- 3) O (a) Sr (a) acredita que há, entre os cafeicultores Fairtrade ligados à cooperativa, uma cooperação estável honesta baseada em normas compartilhadas pelo grupo?
- 4) O (a) Sr (a) acredita que a entrada da cooperativa e adesão dos cafeicultores ao movimento do comércio justo fortaleceu as relações de confiança entre os cafeicultores (as)?

Cooperação

- 1) Na sua opinião o que é cooperação ?
- 2) Relate as formas de cooperação existentes na associação/cooperativa de que você participa?
- 3) Existe uma relação de cooperação entre os cafeicultores Fairtrade ligados à cooperativa?
- 4) Você acredita que a entrada da cooperativa e adesão dos cafeicultores ao movimento do comércio estimulou a cooperação entre os membros?

Participação cafeicultores (as) Fairtrade nas decisões relacionadas ao grupo

- 1) Existe participação dos membros nas decisões relacionadas à cooperativa?
- 2) Existe participação dos membros nas decisões relacionadas à normas, certificação e comercialização do produto Fairtrade?
- 3) Os cafeicultores tem voz ativa para participar das decisões da cooperativa e ao Fairtrade? Como são ouvidos?
- 4) O (a) Sr (a) acredita que a adesão da cooperativa e mesmo dos cafeicultores ao movimento do comércio justo tenha estimulado a participação dos cafeicultores nas decisões do grupo?

Do desenvolvimento local

- 1) Defina os principais benefícios (considerados coletivos) após esta união dos cafeicultores na Associação Comunitária dos Costas, e posteriormente com a adesão do grupo ao movimento do comércio justo; e depois tornando se a atual Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”.
- 2) O Sr (a) considera que houve melhorias na renda e qualidade de vida dos cafeicultores Fairtrade? Como?
- 3) Os cafeicultores Fairtrade se tornaram mais ativos e participativos nas decisões que dizem respeito ao seu próprio futuro? (Ex: participação nas decisões do município)
- 4) Existe preocupação e responsabilidade ambiental por parte dos cafeicultores? Como?
- 5) De maneira geral, você acredita que além dos cafeicultores Fairtrade a população em geral foi beneficiada? Como?

ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO PARA ENTREVISTAS COM OS GESTORES DA COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE CAFÉ ESPECIAL DE BOA ESPERANÇA MG “DOS COSTAS”

Roteiro da entrevista qualitativa

Componentes do capital social

Confiança

- 1) Na sua opinião, o que é confiança ?
- 2) Defina a confiança existente entre os cafeicultores Fairtrade associados à cooperativa?
- 3) Os cafeicultores confiam na diretoria da cooperativa e mesmo na solidez da organização?
- 4) O (a) Sr (a) acredita que a entrada da cooperativa e adesão dos cafeicultores ao movimento do comércio justo fortaleceu as relações de confiança entre os cafeicultores (as) Como?

Cooperação

- 1) Na sua opinião o que é cooperação ?
- 2) Os cafeicultores cooperam juntamente com a diretoria da cooperativa em benefício da organização?
- 3) No geral a cooperação entre os cafeicultores diretoria e demais funcionários promove benefícios coletivos? Por quê?
- 4) Você acredita que a entrada da cooperativa e adesão dos cafeicultores ao movimento do comércio estimulou a cooperação entre os membros?

Participação cafeicultores (as) Fairtrade nas decisões relacionadas ao grupo

- 1) Existe participação dos membros nas decisões relacionadas à cooperativa? Se sim, defina esta participação.
- 2) Existe participação dos membros nas decisões relacionadas à normas, certificação e comercialização do produto Fairtrade? Se sim, defina esta participação.
- 3) O (a) Sr (a) acredita que a adesão da cooperativa e mesmo dos cafeicultores ao movimento do comércio justo tenha estimulado a participação dos cafeicultores nas decisões do grupo?
- 4) Os cafeicultores, diretoria e demais funcionários participam das de decisões relacionadas ao município? Se sim, a adesão da cooperativa e mesmo dos cafeicultores ao movimento do comércio justo estimulou esta participação.

Do desenvolvimento local

- 1) Defina os principais benefícios (considerados coletivos) após esta união dos cafeicultores na Associação Comunitária dos Costas, e posteriormente com a adesão do grupo ao movimento do comércio justo; e depois, tornando se a atual Cooperativa dos Produtores de Café Especial de Boa Esperança MG “DOS COSTAS”.
- 2) O Sr (a) considera que houve melhorias na renda e qualidade de vida dos cafeicultores Fairtrade? Como?
- 3) Os cafeicultores Fairtrade se tornaram mais ativos e participativos nas decisões que dizem respeito ao seu próprio futuro? (Ex: participação nas decisões do município)
- 4) Existe preocupação e responsabilidade ambiental por parte dos cafeicultores? Como?
- 5) De maneira geral, você acredita que além dos cafeicultores Fairtrade a população em geral foi beneficiada? Como?